

2025

ANUÁRIO SEID

SECRETARIA DE
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



ANUÁRIO
SEID

2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário Adjunto de Assuntos

Internacionais e Desenvolvimento

Felipe Caixeta Carvalho

Gabinete

Alan Everson Galvão Araújo

Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva

Carolina Pelegrini Holtz

Cecília Umetsu do Nascimento

Daiane Pereira Fernandes

Darluce Ferreira Matte

Denise Hermínio Gontijo

Fabiana Matsuo Nomura

João Henrique Oliveira da Silva

José Angelo da Silva Neto

Keliane de Oliveira Cavalcante

Lucas Dos Santos Vilar

Taissa Thieme de Barros Vieira

Zaqueu Batista da Silva

Coordenação-Geral de Pagamentos

a Organismos Internacionais

Aloísio Pádua Pinto

Edilene Cristina Pereira do Nascimento

Gabriela Crespo Gomes dos Santos

Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos

Marcus Vinícius Felipe de Souza

Paulo Roberto dos Santos

Subsecretaria de Financiamento Externo

Alisson Vilas Boas

Ana Vitória Santos Lessa

Subsecretaria de Financiamento Externo

Anael Aymoré Jacob

Anderson da Costa Mello

Antônio Sabino da Costa Filho

Camila Barbosa Curi

Davi Santana Cesar Rodrigues da Silva

Dayene Cristine Peixoto

Dilso Marvell Marques

Edimilson Torres de Oliveira Neto

Felícia Mariana Santos

Fernanda Rodrigues Marciano

Flávio Augusto Trevisan Scorza

Gustavo Mazoni Capuani

Isabelle Aline Lopes Picelli

João Gabriel Dias Figueiredo

Jônatas D'Alma Costa Santos

José Amarildo Nunes de Lima

Josiane Fortes Ferreira Costa

Mariana Cunha Eleutério Rodrigues

Nanahira de Rabelo e Sant Anna

Patrício Piauí Magalhães Silva

Raphael Silveira Amaro

Raquel Ferrari da Veiga

Roniglésia Pereira de Sales

Rubiane Rios Ferreira Araújo

Willian Bueno e Silva

Subsecretaria de Organismos

Internacionais e Desenvolvimento

Alice Almeida Ferreira

Emily Martins

Fábio Marville Bueno

João Luís Rossi

Jullyany Rolim de Sousa

Lilian Milena Albuquerque Viana

Luiz Alfredo Mello Vieira

Luiz Felipe Gondin Ramos

Marcela Tetzner Laiz

Marcelo Henrique Shinkoda Santos

Marília Gabriela de Souza Luz

Mirian Campos Moraes e Silva Rosson

Raquel Martins Rêgo

Sheila Lelia Medeiros

Silvia Helena Machado Drummond

Vinicius Lucio Ferreira

Arte (Ascom – MPO)

Projeto gráfico e capa: Nayla Gomes

Diagramação e arte finalização: Nayla Gomes

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823a

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento.

Anuário SEAID 2025 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento. -- Brasília : Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento/MPO, 2026.

108 p. : il.

1. Organismos internacionais. 2. Gestão financeira. 3. Integração econômica. 4. Bancos de desenvolvimento. 5. Financiamento externo. 6. Desenvolvimento sustentável. 7. Perspectivas 2026. I. Brasil. Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento. II. Título.

CDU – 354.23:339.7(058)

Sumário

1. Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais	15
2. Instituições financeiras internacionais	19
2.1 Governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)	20
2.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	20
2.3 Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)	21
2.4 FONPLATA – Banco de Desenvolvimento	21
2.5 Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC)	22
2.6 Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	23
2.7 Cooperações técnicas e operações sem garantia soberana	24
3. Integração econômica	27
3.1 Programa Amazônia Sempre e Presidência da Rede de Ministros da Amazônia	27
3.2 Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)	28
3.3 Negociação de Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos	34
3.4 Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	35
3.5 Representação do MPO em órgãos colegiados interministeriais	37
3.6 Representação do MPO em foros e negociações internacionais	38
4. Financiamento externo	41
4.1 Marco Institucional da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix)	43
4.2 Avanços Institucionais de 2025	47
4.3 Relevância da Atuação da Cofix no Contexto Nacional	65
4.4 Análise Informativa dos Pleitos Autorizados pela Cofix em 2025	68
4.5 Negociações Contratuais	76
4.6 Projetos em Curso	81
4.7 Projetos em Destaque: Resultados Transformadores	86
4.8 Próximos Passos	103
5. Perspectivas para 2026	109

Lista de Siglas

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento (Agence Française de Développement)
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB – African Development Bank)
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BCIE	Banco Centro-Americano de Integração Econômica
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe (CBD – Caribbean Development Bank)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB – Inter-American Development Bank)
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial (IBRD – International Bank for Reconstruction and Development World Bank)
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe Corporação Andina de Fomento (Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe Corporación Andina de Fomento)
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAT	Comitê de Alterações Tarifárias
CDC	Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público
CFS	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CMC	Conselho Mercado Comum
COMACE	Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior
Coflex	Comissão de Financiamentos Externos
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
CONINV	Comitê Nacional de Investimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil
COP30	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
DWG	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20 (Development Working Group)
EFTA	European Free Trade Association
ENAP	<i>Escola Nacional de Administração Pública</i>
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FONPLATA	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fondo Financiero para el Desarrollo de los Países de la Cuenca del Plata)
G20	Grupo dos Vinte, reúne os países com as maiores economias do mundo

GECEX	Comitê-Executivo de Gestão
GMC	Grupo Mercado Comum
GRELEX	Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul
GTEC	Grupo Técnico da Cofix
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFA	Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRMCT	Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency)
KfW	Banco de Crédito para Reconstrução (Kreditanstalt für Wiederaufbau)
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPTF	Fundo Fiduciário Multi-Parceiros das Nações Unidas (Multi-Partner Trust Fund)
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD – Organization for Economic Cooperation and Development)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – agenda mundial adotada pelas Nações Unidas composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEI	Planejamento Estratégico e Institucional
PFE	Portal de Financiamentos Externos
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	Parceria público-privada
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
SIDA	Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
SIGS	Sistema de Gerenciamento Integrado
STN	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
TEC	Tarifa Externa Comum
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Distribuição dos pagamentos por categoria (R\$ milhões)	15
GRÁFICO 2	Distribuição dos pagamentos por área temática (R\$ milhões)	16
GRÁFICO 3	Evolução do número de pleitos recebidos, conforme a data mais recente de recebimento	68
GRÁFICO 4	Evolução do número de pleitos autorizados pela Cofix, conforme a data de autorização	69
GRÁFICO 5	Evolução do montante financeiro dos projetos autorizados pela Cofix, conforme a sua data de autorização	70
GRÁFICO 6	Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por fonte de financiamento	71
GRÁFICO 7	Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por fonte de financiamento	72
GRÁFICO 8	Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos, conforme a sua data de autorização	73
GRÁFICO 9	Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre regiões	74
GRÁFICO 10	Distribuição de financiamentos externos autorizados entre unidades federativas, conforme a data de autorização	75
GRÁFICO 11	Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por setor	76
GRÁFICO 12	Evolução do número de negociações contratuais	77
GRÁFICO 13	Comparativo das operações negociadas por fonte de financiamento	79
GRÁFICO 14	Distribuição das operações negociadas por fonte de financiamento	80
GRÁFICO 15	Número de projetos revisados em 2025 por agente financeiro	83
GRÁFICO 16	Projetos de abrangência Estadual ou Municipal em fase de execução por unidade federativa	84
GRÁFICO 17	Data de assinatura dos projetos atualmente em fase de execução	85

Lista de Tabelas

TABELA 1	Distribuição da Carteira Ativa de acordo com a fase de andamento das operações	67
TABELA 2	Negociações contratuais em 2025 por fontes de financiamento	78
TABELA 3	Pleitos submetidos à deliberação do Presidente da Cofix e à apreciação do GTEC, por fonte de financiamento	81

Lista de Figuras

FIGURA 1	Comissão de Financiamentos Externos.....	44
FIGURA 2	Fluxograma das operações de crédito externo com garantia da União.....	46
FIGURA 3	63ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF).....	51
FIGURA 4	Portal de Financiamento Externo	53
FIGURA 5	Caravana Federativa Minas Gerais	56
FIGURA 6	Primeira reunião técnica da Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional.....	57
FIGURA 7	Encerramento da segunda edição do curso Mulheres na Gestão: Financiamento Externo para Políticas Públicas.....	59
FIGURA 8	Abertura da Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos	60
FIGURA 9	Palestra sobre Diversidade e Inclusão e a Pauta Ambiental na Cofex, durante a Mesa-redonda Diversidade e Clima no Financiamento Externo de Políticas de Impacto.....	61
FIGURA 10	Apresentação sobre o Projeto ASL Brasil durante o Webinário Financiamento Externo na COP30.....	63
FIGURA 11	Antônio Sabino da Costa Filho.....	64
FIGURA 12	Prêmio Seaid Antônio Sabino	65
FIGURA 13	Fases de andamento dos projetos ou programas da Carteira Ativa da Cofex	66
FIGURA 14	Revisão de carteira de projetos do CAF.....	82
FIGURA 15	Missão da SUFIN/SEAID a projetos financiados pelo FONPLATA em municípios de Santa Catarina	86
FIGURA 16	BRT Belém.....	88
FIGURA 17	Centro de Controle Operacional (CCO).....	88
FIGURA 18	Projeto Pró-Semiárido.....	92
FIGURA 19	Projeto Pró-Semiárido.....	92
FIGURA 20	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás.....	96
FIGURA 21	Via Norte.....	98
FIGURA 22	Avenida Siqueira Campos	98
FIGURA 23	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma.....	100
FIGURA 24	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma.....	100
FIGURA 25	UBS Construída Jardim Keralux (vista aérea)	102
FIGURA 26	Sistema de Classificação de Risco	103

Apresentação

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento tem a satisfação de compartilhar com a sociedade brasileira os principais resultados de seu trabalho em 2025 e as perspectivas para 2026.

Em 2025, a SEAID trabalhou para avançar nas entregas a partir do ambiente consolidado em 2023 e 2024 de previsibilidade, transparência e melhor governança na relação com os organismos internacionais de desenvolvimento, sempre tendo em vista o objetivo de construir uma sociedade mais próspera e justa.

Sediamos e participamos de importantes eventos no âmbito multilateral, com destaque para a COP-30, realizada no Brasil, em Belém, e o primeiro Encontro Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe sediado no Brasil, que foi organizado pela SEAID para concluir a sua Presidência *Pro Tempore* da Assembleia de Governadores do Banco. A presidência brasileira foi marcada pelo diálogo proativo pela reforma da governança da instituição e pela prioridade ao desenvolvimento sustentável e na inclusão social. O Brasil consolidou o compromisso com o Caribe e com a cooperação Sul-Sul com a promessa de contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Especial do BDC.

Na COP-30, articulamos com o BID e com a Rede de Ministros de Planejamento e Finanças da Amazônia a instituição de um mecanismo financeiro inovador que oferecerá US\$ 1 bilhão de dólares para que as cidades da região amazônica possam enfrentar adequadamente os desafios da emergência climática, complementando os esforços globais voltados à preservação dos recursos naturais da região, tanto a floresta quanto suas águas.

Aprovamos e apoiamos o início da implementação dos primeiros novos projetos brasileiros com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em uma década, marcando a retomada efetiva da participação do Brasil no Fundo após esse período. Em 2026, SEAID dará continuidade a essa atuação, com o esforço para a aprovação de mais pleitos junto ao Mercosul. A iniciativa reflete o compromisso do Brasil com resultados concretos e com o fortalecimento da integração regional, ao mesmo tempo em que aprimora a capacidade técnica dos governos subnacionais e reforça o papel do FOCEM como instrumento de redução das assimetrias e promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões de fronteira.

Em 2025, progredimos na modernização e democratização do acesso ao financiamento externo. Com isso, alcançamos o maior número de pleitos aprovados, além de um

financiamento mais equânime em termos regionais, com foco cada vez maior nos entes que apresentam maiores vulnerabilidades. Além de mais equânime, o financiamento externo também se torna cada vez mais sustentável e igualitário, com priorização da agenda verde e da equidade de gênero.

Modernizamos, também, o processo de gestão e pagamento das contribuições a organismos internacionais dos quais o Brasil participa e das integralizações brasileiras de cotas em bancos e fundos internacionais. Nesse sentido, finalizamos o desenvolvimento do **Ybi – Portal de Pagamentos do Governo Federal a Organismos Internacionais**. Com o novo portal, esse processo de gestão e pagamentos será realizado de maneira mais célere, centralizada e com mais segurança, trazendo ganhos em eficiência, economia de recursos públicos, segurança da informação e transparência, inclusive com a disponibilização de um painel de consulta pública para toda a sociedade.

Finalizamos 2025 com a certeza de que a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento cumpriu seu dever na reconstrução nacional iniciada em 2023 e avançou nessa agenda em 2024 e 2025, contribuindo para a recuperação da credibilidade do Brasil e o fortalecimento da posição do país no cenário global. Em 2026, intensificaremos nossos esforços em busca do fortalecimento da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, sempre do lado do povo brasileiro e sem perder de vista a responsabilidade fiscal.

Simone Nassar Tebet
Ministra de Estado do
Planejamento e Orçamento

Gustavo José de Guimarães e Souza
Secretário Executivo do Ministério
do Planejamento e Orçamento

Viviane Vecchi Mendes Müller
Secretária de Assuntos Internacionais
e Desenvolvimento

Sumário Executivo

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) destaca os principais avanços de 2025 em gestão financeira de organismos internacionais, integração econômica e financiamento externo. Este relatório reflete o compromisso da SEAID com o alinhamento às prioridades nacionais e internacionais, mobilizando recursos para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil.

Em sua atuação para gestão de pagamentos de contribuições a organismos internacionais, integralização de cotas em instituições financeiras internacionais e recomposições de fundos, a SEAID foi responsável pelo pagamento de aproximadamente R\$2,2 bilhões a instituições internacionais, que exercem um importante papel na coordenação entre os países e no enfrentamento aos principais desafios globais, que demandam atuação coletiva.

Isso reforça o compromisso do governo brasileiro com a manutenção de compromissos históricos e da credibilidade brasileira no sistema internacional, incluindo contribuições à ONU e a outros organismos multilaterais, como os organismos financeiros e aqueles de temática ambiental. Destaca-se, também, o esforço pela modernização da gestão dessas contribuições, com a conclusão do desenvolvimento do novo Portal Ybi – Portal de Pagamentos do Governo Federal a Organismos Internacionais.

No relacionamento com instituições financeiras internacionais de desenvolvimento, o Brasil participou ativamente das reformas de governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento sob sua responsabilidade, quais sejam, BID, CAF, FONPLATA, BDC e BAD, garantindo maior representatividade e acesso a recursos desses organismos. Destaca-se a realização da 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) em Brasília, em junho de 2025, pela primeira vez no Brasil. Além disso, foram avaliadas propostas de operações com o setor privado (sem garantia soberana) que totalizaram US\$ 1,2 bilhão em investimentos em infraestrutura, saneamento e inovação.

No eixo de integração econômica, o Brasil retomou protagonismo no Mercosul, e tivemos a aprovação e início da execução de novos projetos brasileiros pelo FOCEM, após mais de uma década de inatividade. Na área ambiental, destacam-se a presidência brasileira da Rede de Ministros de Finanças e Planejamento da Amazônia e o lançamento de um mecanismo financeiro inovador, o “Fundo Amazônia Sempre para Cidades e Infraestrutura Resiliente” (*Amazon Forever Facility*), durante a COP-30, que deverá mobilizar US\$1 bilhão para as cidades da região.

Quanto ao financiamento externo, 2025 registrou recorde de autorizações pela Coflex: 85 pleitos aprovados, somando US\$ 12,8 bilhões. Avanços institucionais incluíram novo marco regulatório, um novo Portal de Financiamento Externo (PFE) e a criação de limite específico para operações em moeda local, eliminando riscos cambiais, especialmente importante para entes menores, como os municípios. A agenda verde e de equidade foi fortalecida com iniciativas como a Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino e o 1º Prêmio SEAID para Projetos Sustentáveis.

Em 2026, SEAID dará continuidade a sua atuação para promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil, em alinhamento às prioridades nacionais e internacionais. As principais entregas previstas incluem a consolidação do Ybi – Portal de Pagamentos do Governo Federal a Organismos Internacionais; a expansão do PFE, com novos módulos e funcionalidades; a aprovação de novos projetos brasileiros com recursos do FOCEM (do Mercosul); e a ampliação da cooperação técnica com bancos multilaterais para o Brasil.

Será também lançado o primeiro livro institucional da SEAID, em esforço para disseminação do conhecimento e estímulo ao debate nas principais áreas de atuação da Secretaria.

Todas essas ações previstas para 2026 reafirmam o compromisso do Brasil com a integração regional, a sustentabilidade e a modernização da gestão pública, com o objetivo maior de promover o desenvolvimento econômico e social inclusivo do País e da nossa região.

1

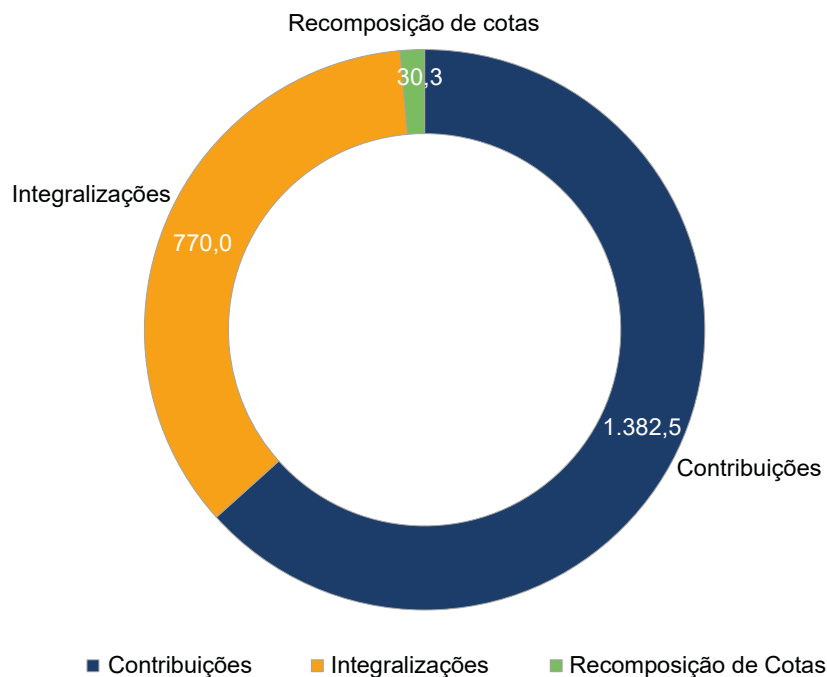
Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) é responsável pela gestão e pagamento das contribuições a organismos internacionais dos quais o Brasil participa e das integralizações brasileiras de cotas em bancos e fundos internacionais.

Essa centralização é fundamental para garantir que os pagamentos a organismos internacionais estejam alinhados tanto à política externa brasileira quanto às prioridades e compromissos do governo federal, de forma eficiente, segura e transparente e com responsabilidade quanto à legislação fiscal e financeira.

Em 2025, foram pagos aproximadamente **R\$ 2,2 bilhões** a organismos internacionais, sendo **R\$ 1,4 bilhão** para contribuições a organismos dos quais o Brasil é membro pleno, **R\$ 770 milhões** para integralizações de cotas em bancos e **R\$ 30 milhões** para recomposição a fundos internacionais nos quais o Brasil é acionista.

GRÁFICO 1 – Distribuição dos pagamentos por categoria (R\$ milhões)

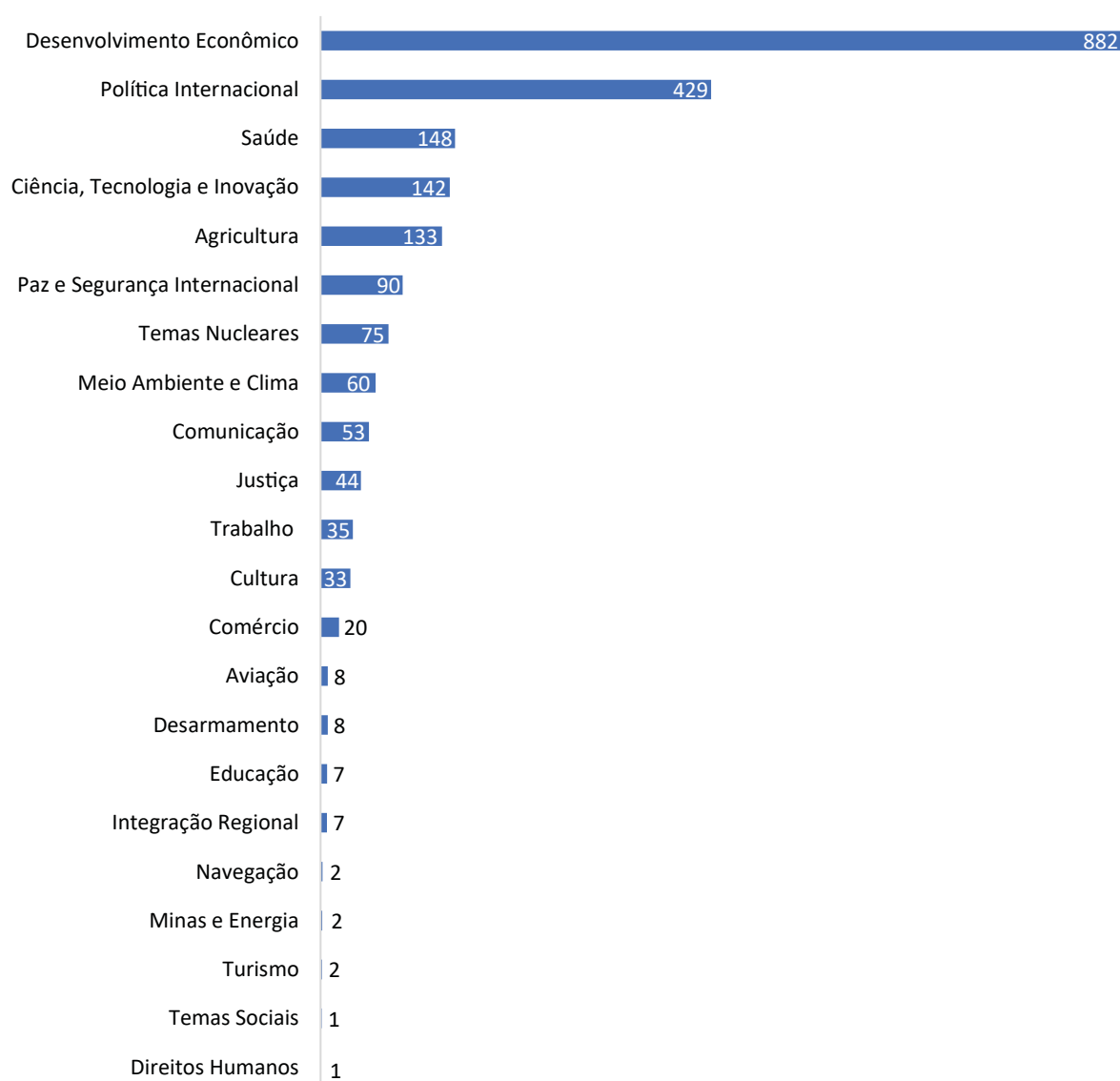


Fonte/Elaboração: SEAID/MPO

Conforme o Gráfico 2, a participação do Brasil em organismos é variada e condizente com o compromisso do governo com o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No ano de 2025, a SEAID analisou **154** processos de pagamento e seguiu exercendo papel central na gestão dos compromissos internacionais do Brasil, sendo responsável pelos pagamentos a mais de **130** organismos internacionais, em articulação com cerca de **25** órgãos de enlace da administração pública federal. Essa atuação é essencial para assegurar a credibilidade do país no cenário internacional, a observância da responsabilidade fiscal e o fortalecimento do multilateralismo.

GRÁFICO 2 – Distribuição dos pagamentos por área temática (R\$ milhões)



Fonte/Elaboração: SEAID/MPO

No âmbito da agenda ambiental, a SEAID realizou diversos pagamentos a organismos internacionais diretamente relacionados aos temas discutidos no contexto da **COP30**, realizada em Belém, reforçando o protagonismo brasileiro na governança ambiental global e o legado institucional deixado pelo país após a Conferência. Destacam-se os compromissos honrados junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), bem como a outros organismos estratégicos, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Convenção de Combate à Desertificação (UNCCD) e o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos. Esses pagamentos asseguram ao Brasil participação ativa em fóruns decisórios fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável, da transição climática, da segurança alimentar e da repartição justa dos benefícios ambientais.

Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil realizou o pagamento tempestivo de sua contribuição regular à Organização das Nações Unidas (ONU), resultado de um esforço iniciado em 2023 para a regularização de passivos acumulados. A plena adimplência do País durante a Semana de Alto Nível da ONU, em contexto de graves restrições financeiras da Organização, transmitiu, mais uma vez, uma mensagem de firme reconhecimento do Brasil ao papel do multilateralismo e das Nações Unidas na promoção da paz e da segurança internacionais, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

O ano de 2025 também foi marcado por avanços institucionais relevantes na governança dos pagamentos a organismos internacionais.

A publicação da Portaria GM/MPO nº 296, de 2025, formalizou o procedimento de análise técnica das propostas de adesão, associação ou aumento de contribuições a organismos internacionais. A norma conferiu maior clareza, transparência e padronização ao processo, alinhando a atuação dos órgãos envolvidos às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de qualificar a tomada de decisão quanto à assunção de novos compromissos internacionais pelo Estado brasileiro.

Nesse contexto de modernização da gestão, foi concluído em 2025 o desenvolvimento do **Ybi – Portal de Pagamentos do Governo Federal a Organismos Internacionais**. A plataforma foi concebida para centralizar o envio, a análise, o planejamento e o acompanhamento dos pagamentos, promovendo maior eficiência administrativa, segurança da informação e redução de erros operacionais. Como entrega adicional à sociedade, o Ybi contará com um painel de consulta pública, ampliando a transparência e o acesso às informações sobre os compromissos internacionais do Brasil.

Ainda no campo do aperfeiçoamento institucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 (LDO) foi publicada com inovação proposta pela SEAID, voltada à melhoria da gestão orçamentária das contribuições a organismos internacionais. A medida permite dispensar a exigência de ação orçamentária específica para pagamentos de menor vulto, reduzindo

custos administrativos e ampliando a eficiência da execução. A possibilidade de remanejamento dentro de uma mesma ação orçamentária confere maior flexibilidade à gestão, favorecendo a realização de pagamentos mais frequentes e a obtenção de condições cambiais mais vantajosas, com impacto positivo sobre o gasto público.

Para 2026, as expectativas concentram-se na consolidação dos avanços alcançados. O lançamento do Ybi está previsto para o primeiro bimestre do ano, com a perspectiva de que os pagamentos a organismos internacionais passem a ser realizados integralmente por meio da plataforma. Estão previstos, ainda, novos módulos e funcionalidades, com destaque para a incorporação dos procedimentos estabelecidos pela Portaria GM/MPO nº 296, de 2025, no portal, permitindo que as análises relativas a novas contribuições e à majoração de compromissos sejam conduzidas diretamente no sistema. Paralelamente, a SEAID seguirá aprofundando o apoio técnico aos órgãos de enlace e aos organismos internacionais, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência da atuação brasileira no cenário multilateral.

2

Instituições financeiras internacionais

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) são instituições financeiras multilaterais destinadas a financiar projetos de investimentos ou de políticas que tenham elevado retorno social, oferecendo crédito de longo prazo, assistência técnica ou instrumentos de mitigação de riscos, em condições mais favoráveis que as do mercado privado.

A SEAID coordena o relacionamento institucional do Brasil com as diretorias-executivas residentes e a participação do País nas diretorias-executivas não residentes, assembleias de governadores e outras instâncias de governança, tendo papel decisivo nas suas definições relativas à governança, estratégia, investimentos e fornecimento de capacitação técnica no âmbito multilateral regional. Os BMDs sob o escopo da atuação da SEAID são:

- Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF);
- FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (FONPLATA);
- Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC);
- Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Em relação aos aspectos de governança, é importante mencionar o papel de destaque que o Brasil desempenhou nas discussões no âmbito desses BMD sob a atuação da SEAID. Nesse sentido, as ações da Secretaria foram pautadas pelos princípios orientadores e diretrizes estratégicas para atuação do Brasil em Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional, sempre com o objetivo de estimular boas práticas de gestão, governança e transparência para a otimização do uso do capital e a garantia da sustentabilidade financeira dessas instituições.

2.1 Governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)

Em 2025, a SEAID atuou ativamente na promoção da boa governança em todos os BMDs sob sua competência, além das atividades rotineiras de acompanhamento, tendo participado de:

- 1 Reunião da Assembleia de Governadores e emissão de 5 votos à distância no **BID**;
- 8 Reuniões de Diretoria Executiva, 2 reuniões da Assembleia de Governadores, 13 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 2 votos à distância na **CAF**;
- 8 Reuniões de Diretoria Executiva, 1 Reunião da Assembleia de Governadores, 8 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 8 votos à distância no **FONPLATA**;
- 8 Reuniões de Diretoria Executiva, 2 reuniões da Assembleia de Governadores, 4 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 4 votos à distância no **BDC**; e
- 1 Reunião da Assembleia de Governadores, 2 reuniões da *Constituency BDIR 18* (Brasil, Argentina, Japão, Áustria e Arábia Saudita) e 1 Reunião de acompanhamento das discussões sobre a reforma da governança do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), 6 Reuniões de discussões técnicas para o ciclo FAD-17 (17ª rodada de recomposição de fundos do Fundo Africano de Desenvolvimento), 1 *Pledging Session* para o FAD-17, 2 reuniões do Comitê Permanente do Compacto Lusófono e emissão de 2 votos à distância no **BAD**.

2.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em março, a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, Governadora do Brasil junto ao Grupo BID, participou da Reunião Anual do BID em Santiago, Chile. Na ocasião, o Brasil teve atuação relevante tanto nos debates institucionais quanto na definição de estratégias de cooperação regional.

O país participou ativamente das deliberações que consolidaram as reformas estruturais previstas no programa IDBImpact+, incluindo os modelos Estratégia BID+, BID Invest+ e BID Lab+. Merece destaque, também, o anúncio de um aumento de capital de US\$ 3,5 bilhões para o BID Invest – com o Brasil comprometendo-se a contribuir com US\$ 436 milhões –,

parte de um esforço para aumentar a capacidade de mobilização de recursos privados no setor verde e de transição ecológica.

Em 2025, o Governo brasileiro finalizou o processo de internalização da recomposição do Fundo Multilateral de Investimentos III (FUMIN III) e avançou no processo de internalização do Fundo Multilateral de Investimentos IV (FUMIN IV), que constitui fonte de recursos para assistência técnica e financiamento para o desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe. Essa decisão demonstra o empenho do país em ampliar sua participação nos instrumentos multilaterais de fomento, garantindo acesso a recursos e soluções inovadoras para impulsionar investimentos privados e promover desenvolvimento sustentável na região.

2.3 Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)

Em 2025, o CAF intensificou sua estratégia de expansão da base acionária, consolidando avanços importantes para a integração regional.

Em dezembro, a instituição formalizou a entrada do Haiti e de São Cristóvão e Neves como novos países acionistas; anteriormente, Barbados já havia sido incorporado como membro pleno, reforçando o papel do CAF como catalisador da cooperação e do desenvolvimento em economias insulares. Nesse processo, o Brasil votou favoravelmente à incorporação dos três países, o que reafirma o compromisso do país com o fortalecimento da governança regional e a ampliação da atuação do Banco em países estratégicos da região.

Ainda em dezembro, o Brasil participou de Reunião Extraordinária do Diretório Executivo realizada na Cidade do Panamá, ocasião em que foi aprovada a reeleição de Sergio Díaz-Granados como Presidente Executivo para o mandato 2026-2031.

2.4 FONPLATA – Banco de Desenvolvimento

Durante a Reunião Anual da Assembleia de Governadores do FONPLATA, realizada em 31 de julho, o Brasil apoiou a aprovação da nova rodada de capitalização do Banco, cujas discussões se iniciaram durante a presidência brasileira da Assembleia, exercida entre junho

de 2024 e junho de 2025. A capitalização, no valor total de US\$ 3.484.600.000, representa um passo estratégico para consolidar a capacidade financeira do Banco, ampliar seu impacto no desenvolvimento regional e fortalecer seu papel como instrumento-chave de integração entre os países-membros, além de atrair novos sócios (com abertura para a incorporação, inclusive, de sócios extrarregionais não mutuários). O Brasil participará da nova rodada com US\$ 347,85 milhões.

No âmbito do Programa de Notas de Médio Prazo (MTN), o FONPLATA concluiu, em agosto, sua primeira emissão em ienes japoneses, no valor de JPY 3 bilhões (aproximadamente R\$ 105 milhões). Em novembro, realizou a primeira colocação em rúpias indianas, no montante de INR 9 bilhões (cerca de R\$ 538 milhões), completando um total de onze emissões em 2025, que somaram US\$ 490 milhões. A SEAID se engajou ativamente nas discussões e deliberações que viabilizaram esses avanços, garantindo alinhamento com as prioridades do Governo brasileiro e reforçando a estratégia de diversificação de fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento.

Destaca-se, também, o Acordo de Intercâmbio de Exposição (EEA, na sigla em inglês), firmado com o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), em 27 de novembro de 2025, para potencializar a posição financeira do Banco e manter os índices de classificação das agências de risco. A assinatura do EEA, processo que foi apoiado pelo Brasil, possibilitou a reclassificação do Banco de “A” para “A+” por parte da Agência *S&P Global Ratings*.

No âmbito da governança, a SEAID participou intensamente das discussões que resultaram na atualização dos regimentos da Diretoria Executiva, da Assembleia de Governadores, da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria, bem como o regulamento geral do FONPLATA. No âmbito administrativo, destaca-se a atualização dos normativos de recursos humanos e da política para o setor não-soberano.

Por fim, no âmbito estratégico, foram elaborados, em parceria com a SEAID, o novo *Plano de Negócio País* do Brasil, documento conceitual de instrumentos financeiros e nichos estratégicos que norteará a atuação do Banco no Brasil pelos próximos anos, juntamente com a nova Estratégia Institucional do FONPLATA, com previsão de lançamento em 2026.

2.5 Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC)

Em junho de 2024, o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Governadores do BDC, cujo mandato se estendeu até junho de 2025, tendo passado a conduzir as decisões sobre todas as questões estratégicas do Banco, como o processo de eleição de novo Presidente Executivo e os trabalhos de revisão da estrutura de governança da instituição.

Nessa função, merece destaque a condução brasileira do processo eleitoral para escolha do novo Presidente Executivo do BDC. Em 4 de dezembro de 2024, o Conselho de Governadores do Banco alcançou consenso em torno do candidato de Barbados, Daniel Best, que é o sétimo Presidente da instituição.

Desde sua criação em 2024, o Brasil vem presidindo o Comitê de Revisão de Governança (GRC), para discutir aperfeiçoamentos na administração e no sistema de governança do banco. Assim, ao longo de 2025, a SEAID coordenou os trabalhos do Comitê junto à consultoria contratada e liderou as discussões técnicas no âmbito do GRC e do Conselho de Diretores. Como resultado, foi aprovado o relatório final proposto pela consultoria, cujas recomendações serão submetidas à consideração de Diretores e Governadores ao longo do primeiro semestre de 2026. Na sequência, o Comitê continuará seus trabalhos para atuar na implementação das reformas de governança.

Como encerramento do mandato brasileiro frente à presidência do Conselho de Governadores, a SEAID organizou a Reunião Anual de 2025 do Banco, em Brasília, entre os dias 9 e 12 de junho de 2025. Participaram da reunião representantes de 28 países, vários deles em nível de Chefe de Governo (Primeiro-Ministro). Sob o tema “*Construindo o Futuro: Instituições Resilientes para um Caribe mais Verde, Forte e Inclusivo*”, a Reunião Anual teve como foco o fortalecimento do desenvolvimento regional, a promoção de ações climáticas e aprimoramento de parcerias. O evento apresentou discussões sobre resiliência econômica, infraestrutura, mudanças climáticas, e segurança alimentar, facilitando a partilha de conhecimentos, a criação de redes e fóruns informativos para o desenvolvimento de políticas e a tomada de decisões. Além disso, corroborou com a cooperação regional e a missão do BDC. Na sequência da Reunião Anual do BDC, foi realizada também em Brasília, no dia 13 de junho, a Cúpula Brasil-Caribe, organizada pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na ocasião, o Presidente Lula anunciou um aporte de US\$ 5 milhões do Brasil para o Fundo de Desenvolvimento Especial (*Special Development Fund – SDF*) do Banco.

2.6 Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Em 2025, o Banco Africano de Desenvolvimento passou por uma transição de liderança. Durante a Reunião Anual realizada em Abidjan, Costa do Marfim, entre os dias 26 e 30 de maio, o Conselho de Governadores elegeu o Dr. Sidi Ould Tah, da Mauritânia como o 9º Presidente do Grupo BAD, com a maior margem de votos já registrada para um primeiro mandato. Sua posse, em setembro, marcou o início de uma gestão voltada para a ampliação

da mobilização de recursos e o fortalecimento das parcerias estratégicas, sucedendo a presidência exercida anteriormente pelo Dr. Akinwumi Adesina.

O ano de 2025 foi decisivo para o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), com a conclusão do ciclo de reposição do FAD-17. A SEAID acompanhou com especial atenção todo o processo, incluindo negociações, reuniões técnicas e a conferência final de compromissos, que resultaram em um pacote financeiro robusto para o período 2026-2028. Essa reposição incorporou inovações como a *Market Borrowing Option* (MBO), destinada a ampliar a capacidade de captação junto aos mercados, fortalecendo a sustentabilidade financeira do Fundo. O FAD reafirmou seu papel como instrumento essencial para financiar projetos transformadores em países de baixa renda, com destaque para a crescente participação de contribuintes africanos, sinalizando maior engajamento regional e impacto no desenvolvimento inclusivo.

O BAD também reforçou sua atuação no âmbito do Compacto Lusófono, promovendo encontros estratégicos em Lisboa para acelerar a implementação do Programa de Garantia e ampliar mecanismos de mitigação de risco. Essas iniciativas visaram atrair investimentos privados para os países africanos de língua portuguesa, fortalecendo a cooperação multilateral e consolidando o compromisso do Banco com o desenvolvimento inclusivo e sustentável nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

2.7 Cooperações técnicas e operações sem garantia soberana

Em 2025, a SEAID desempenhou importante papel de análise e acompanhamento de projetos de cooperação técnica não reembolsável e de operações de financiamento sem garantia soberana conduzidas pelos BMDs.

As cooperações técnicas não reembolsáveis aprovadas, contemplando iniciativas do BID, BID Lab, CAF e Fonplata, somaram cerca de US\$ 13,3 milhões em 38 operações que apoiaram iniciativas estratégicas em áreas prioritárias da agenda de desenvolvimento nacional, como fortalecimento institucional; políticas de gênero, raça e inclusão; desenvolvimento sustentável; bioeconomia e ação climática; inovação pública; e integração regional e comércio exterior.

Já as operações de financiamento sem garantia soberana, contemplando projetos do BID Invest e do Banco Europeu de Investimentos (BEI), somaram aproximadamente US\$ 1,2 bilhão em 18 operações com empresas públicas e privadas. Esse montante foi distribuído

entre investimento direto, crédito corporativo e fundos temáticos, com ênfase nos setores de infraestrutura, saneamento, energia e logística sustentável, além de iniciativas para ampliação do acesso ao crédito por MPMEs, inovação, transformação digital, fundos de impacto climático e integração regional.

Os resultados consolidados evidenciam a continuidade da tendência de expansão das operações dos BMDs com o setor privado, reforçando a crescente relevância desses instrumentos para o Brasil e o papel dos BMDs como catalisadores de investimento privado em projetos de alta adicionalidade.

O período também foi marcado pelo fortalecimento do diálogo institucional e da coordenação estratégica entre a SEAID e os BMDs. Foram realizadas reuniões técnicas e processos de harmonização de diretrizes, com foco no alinhamento das operações aos Princípios Orientadores e às Diretrizes Estratégicas para atuação do Brasil em Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional estabelecidos pelo MPO.

No âmbito das operações apoiadas, tais princípios reforçam a necessidade de aderência a objetivos como a integração regional sustentável; a transição ecológica justa e inclusiva; a erradicação da miséria e promoção da equidade; e o estímulo à boa governança e à transparência. Esse alinhamento contribui para ampliar o impacto das operações e assegurar sua coerência com as prioridades do desenvolvimento nacional.

Assim, a atuação da SEAID em 2025 resultou em avanço significativo na qualidade, diversidade e impacto tanto dos projetos de cooperação técnica não reembolsável, como das operações de crédito sem garantia soberana submetidas ao MPO. O resultado reflete a maior maturidade institucional, o protagonismo crescente dos BMDs no financiamento da transição climática e da inovação e o fortalecimento da coordenação entre o governo brasileiro e os parceiros multilaterais.

3

Integração econômica

3.1 Programa Amazônia Sempre e Presidência da Rede de Ministros da Amazônia

Em 2025, o MPO seguiu na **presidência da Rede de Ministros de Finanças e Planejamento da Amazônia**, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse contexto, a SEAID desempenhou papel central na coordenação dos trabalhos da Rede de Pontos Focais dos Ministérios de Finanças e Planejamento dos Países Amazônicos.

O **Programa Amazônia Sempre** é uma iniciativa guarda-chuva do BID para o financiamento de projetos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica, apoiando projetos e ações voltados para a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico inclusivo e o fortalecimento das comunidades locais. O Programa conta com cinco pilares temáticos: 1) combate ao desmatamento e fortalecimento do controle e da segurança ambiental; 2) bioeconomia e economia criativa; 3) pessoas (com o objetivo de melhorar o acesso à educação, saúde e emprego de qualidade); 4) cidades sustentáveis (infraestrutura, conectividade e inclusão digital); 5) agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis e de baixo carbono. A SEAID, na qualidade de representante do MPO, coordena a Rede de Pontos Focais do Programa Amazônia Sempre, a qual se reúne em grupos de trabalho e discute as estratégias a ser validadas em alto nível pelos Ministros de Finanças e Planejamento da região.

Ao longo do ano, a SEAID liderou a articulação institucional para a constituição de um novo **Fundo Amazônia Sempre para Cidades e Infraestrutura Resiliente (*Amazon Forever Facility*)**, mecanismo financeiro inovador **lançado durante a COP-30, realizada em novembro na cidade de Belém, no Pará**.

O Fundo, que tem como objetivo ampliar os recursos para o financiamento de projetos de investimentos na região, **planeja captar mais de US\$ 1 bilhão** de doadores e parceiros internacionais, que serão **destinados para projetos de segurança hídrica, energia limpa e infraestrutura urbana resiliente**. Trata-se de um grande avanço em termos de financiamento para o desenvolvimento sustentável da região, tanto em termos de ampliação do volume de

recursos quanto pela incorporação de instrumentos financeiros inovadores que tendem a facilitar e baratear o crédito – como finanças combinadas (*blended finance*), linhas concessionárias baseadas em performance, garantias de crédito e instrumentos de mitigação de risco cambial –, além de oferecer assistência técnica para os projetos.

3.2 Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)

Celebraram-se, em 2025, os **20 anos de existência** do FOCEM. Desde a apresentação dos primeiros projetos, em 2007, até a presente data, o Fundo já financiou, por meio de recursos não reembolsáveis, 57 projetos nos países do Mercosul, no valor total de mais de US\$ 1 bilhão. Até o momento, o Brasil foi ou está sendo beneficiado com 8 projetos, sendo 5 projetos exclusivamente do país e 3 projetos pluriestatais.

Além de celebrar os 20 anos do FOCEM, a Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB) no Mercosul impulsionou, ao longo do segundo semestre de 2025, as **discussões para a renovação do FOCEM (FOCEM 2)**. E no exercício de sua função de Unidade Técnica Nacional FOCEM (UTNF), a **SEAID registrou avanços importantes na preparação e implementação dos 8 projetos** selecionados pelo MPO em 2024, para apresentação ao FOCEM, e na **coordenação institucional** entre os proponentes/organismos executores, o FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, a Unidade Técnica FOCEM (UTF) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Nesse sentido, ao longo de 2025, a **SEAID, na qualidade de UTNF Brasil, apresentou cinco novos projetos para análise da UTF**, os quais foram considerados elegíveis por parte da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM). Dos cinco projetos, dois foram apresentados e aprovados no primeiro semestre, e três foram apresentados no segundo semestre e estão em análise pela UTF.

Deu-se, portanto, continuidade à estratégia de utilização do mecanismo do Mercosul em benefício dos desenvolvimentos dos entes subnacionais brasileiros, desde a retomada de projetos brasileiros após o período de 12 anos.

3.2.1 Aprovação de novos projetos

Durante a 66ª Cúpula do Mercosul, realizada em Buenos Aires em julho de 2025, foram aprovados dois projetos brasileiros: o **Projeto “Redução dos níveis de perdas de**

água em Corumbá-MS”, que contará com aporte de US\$ 9.123.410 do FOCEM, e o **Projeto “Desenvolvimento da região de fronteira de Ponta Porã-MS”**, que receberá uma cooperação não reembolsável de US\$ 7.000.000.

O **Projeto de Corumbá**, que será implementado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL), tem como propósito fortalecer a sustentabilidade hídrica do município de Corumbá. A iniciativa busca assegurar o fornecimento contínuo e seguro de água potável, ampliar a equidade no acesso ao serviço e promover avanços significativos na saúde pública, inclusive por meio de ações de conscientização. Além disso, contribuirá para a gestão integrada dos recursos hídricos na região da fronteira com o Paraguai.

O **Projeto de Ponta Porã**, por sua vez, será implementado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL). A iniciativa tem como objetivo melhorar a infraestrutura urbana na fronteira com o Paraguai, o que contribuirá para o fortalecimento da integração com o país vizinho. Entre as ações previstas, destacam-se a requalificação viária e o reordenamento urbano no Trevo da Cuia e seu entorno, a ampliação da capacidade de drenagem e a recuperação de vias na bacia do Córrego São Tomaz e a implantação do Parque Linear da Fronteira, voltado à promoção de espaços públicos de lazer, mobilidade ativa e convivência social.

Além dos benefícios para os habitantes dos dois municípios brasileiros, os dois projetos têm potencial para gerar sinergias nas áreas de fronteira e promover a integração regional com vistas ao desenvolvimento. Criam-se oportunidades para a gestão integrada de recursos e o aumento da conectividade e da integração econômica e social entre os municípios fronteiriços, parte importante da estratégia do Mercosul e do governo brasileiro para aumentar a integração e o desenvolvimento regional.

3.2.2 Projetos em análise pela UTF

No segundo semestre de 2025, a SEAID/UTNF Brasil apresentou mais 3 projetos para financiamento do FOCEM, os quais ainda se encontram em análise por parte da UTF: 1) **Projeto “Modernização e ampliação dos laboratórios de defesa agropecuária no âmbito do Mercosul”**, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; 2) **Projeto “Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Aves e Suínos no Estado do Acre”**, do Governo do Estado do Acre; e 3) **Projeto “Saneamento Básico, Abrigos e Cadastramento na Área de Fronteira com o MERCOSUL – Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã”**, do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

O “**Projeto Laboratórios**”, apresentado em setembro, tem como foco a aquisição de equipamentos e a modernização de laboratórios de defesa agropecuária do Rio Grande do Sul, com o objetivo ampliar a capacidade de diagnóstico laboratorial oficial em sanidade animal e vegetal no estado, de forma a promover segurança alimentar, rastreabilidade e conformidade com normas internacionais aplicáveis à produção agropecuária. Ele prevê US\$ 1.799.576 em recursos não reembolsáveis do FOCEM e US\$ 786.807 de contrapartida local.

Apresentado para análise da UTF também em setembro, o **Projeto do Acre** busca ampliar a produtividade e a integração das cadeias produtivas de aves e suínos na faixa de fronteira com a Bolívia, com duas estratégias fundamentais: a) a implantação de infraestrutura produtiva e organização das cooperativas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de aves e suínos; e b) geração e difusão de tecnologias e estudos específicos para cadeias produtivas de aves e suínos adaptadas a região Amazônica. A iniciativa busca contar com recursos não reembolsáveis do FOCEM no valor US\$ 12.750.000, além de US\$ 4.897.058,80 em contrapartida local.

Já o Projeto “**Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã**”, apresentado em outubro, busca beneficiar populações indígenas residentes na região de fronteira do Brasil com países do Mercosul (Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia), em aproximadamente 198 aldeias indígenas prioritárias localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Acre. O Projeto prevê a implementação de obras de infraestrutura hídrica e saneamento básico em territórios vulneráveis, a ampliação do acesso à documentação civil (principalmente de registro civil e previdenciário) e a construção de abrigos voltados para emergências climáticas. A iniciativa contaria com US\$ 12.750.000 em recursos não reembolsáveis do FOCEM e US\$ 2.250.000,00 de contrapartida local.

3.2.3 Início da fase de implementação de novos projetos

Em 2025, três projetos brasileiros entraram na fase de implementação/execução, com a assinatura dos Convênios de Financiamento (COF) e a realização das reuniões iniciais (ou reuniões de *kick-off*) dos respectivos projetos.

Em fevereiro, foi celebrada a assinatura do Convênio de Financiamento (COF) do “**Projeto de Implantação do Contorno Viário do Município de Amambai**”, iniciativa estratégica voltada à reorganização do tráfego urbano, à melhoria da segurança viária e ao fortalecimento da integração logística na região de fronteira. O projeto havia sido aprovado pelo Mercosul em dezembro de 2024, durante a Cúpula de Montevidéu, tendo sido o primeiro

projeto brasileiro aprovado pelo FOCEM em mais de 13 anos. Em junho, teve lugar, em Amambai (MS), a correspondente reunião de *kick-off*, ocasião em que foram definidos os principais marcos de execução e as métricas de desempenho do projeto, além de ter sido iniciada elaboração do Regulamento do Projeto.

Com relação aos Projetos **“Redução dos níveis de perdas de água em Corumbá-MS”** e **“Desenvolvimento da região de fronteira de Ponta Porã-MS”**, aprovados na Cúpula de Buenos Aires, em julho, registra-se que estes tiveram seus Convênios de Financiamento assinados ainda em julho. Em setembro, foi realizada a reunião de *kick-off* do Projeto de Corumbá, nos municípios de Campo Grande e Corumbá (MS), com a participação de representantes da SEAID, da UTF e da SANESUL. O projeto avançou de forma significativa ainda em 2025, tendo recebido, inclusive, seu primeiro desembolso em dezembro, no valor aproximado de R\$ 4,3 milhões. O Projeto de Ponta Porã, por sua vez, teve sua reunião de *kick-off* realizada em novembro, nos municípios de Campo Grande e Ponta Porã (MS), e contou com a participação de representantes da SEAID, da UTF, da AGESUL e da Prefeitura de Ponta Porã.

3.2.4 Projetos em fase de preparação

Avançou-se, também, na estruturação de dois novos projetos brasileiros que contemplarão municípios do Rio Grande do Sul. O Projeto **“Parque Tecnológico Binacional de Sant’Ana do Livramento”**, voltado para a promoção da inovação, da cooperação acadêmica e do desenvolvimento produtivo transfronteiriço, tem como proponente a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e qualificou-se para o recebimento de recursos do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS). Esses recursos serão utilizados como parte da contrapartida local. Também como resultados dos esforços de articulação institucional realizados pela SEAID, o anteprojeto de engenharia está sendo financiado por Itaipu Parquetec, com recursos financeiros do FONPLATA, no âmbito de cooperação técnica e financeira com a UTNF Brasil.

O Projeto **“Via Transcampesina – Rota da Produção”**, por sua vez, destina-se à pavimentação de rodovia que interligará os municípios do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão (CIDEJA), que é o organismo proponente do projeto. Houve avanços na consolidação dos estudos técnicos, econômicos e ambientais, na definição dos arranjos institucionais e na adequação do projeto às exigências normativas do FOCEM, com vistas à sua posterior submissão e apreciação pelas instâncias do Mercosul. Por meio de coordenação institucional realizada pela SEAID, o projeto atualmente conta com apoio técnico e financeiro do FONPLATA e do

Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) para a elaboração de seu projeto básico (ou anteprojeto de engenharia).

Em 2026, a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento seguirá coordenando as discussões para a aprovação dos dois pleitos no Mercosul.

3.2.5 Fortalecimento da coordenação institucional para o apoio a projetos brasileiros no FOCEM

No exercício da função de UTNF Brasil, a SEAID também trabalhou para fortalecer a coordenação institucional entre todos os atores envolvidos na preparação, aprovação e implementação de projetos e para ampliar as cooperações técnicas e financeiras que permitem o apoio aos projetos brasileiros.

3.2.5.1 Missão da SEAID a Montevideú

Entre os dias 28 e 30 de outubro, a **SEAID realizou missão técnica a Montevideú**. Durante três dias, servidores da SEAID mantiveram uma série de reuniões com representantes da Unidade Técnica FOCEM (UTF), do FONPLATA, do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL (BRASALADI), além de interlocuções com organismos executores de projetos brasileiros. Como resultado da missão, foi possível aprofundar o alinhamento técnico e operacional junto à UTF e às demais instâncias do Mercosul, tratar de questões técnicas relativas aos projetos em fase de preparação e de análise na UTF e compartilhar procedimentos e práticas administrativas, de forma a facilitar a assimilação e o aprimoramento de informações e fluxos de trabalho. Avançou-se, ademais, em entendimentos a respeito de temas estratégicos, como as discussões relativas à 2ª etapa do FOCEM (“FOCEM 2”).

3.2.5.2 Ampliação da cooperação técnica entre SEAID e FONPLATA para a fase de implementação de projetos

Durante a Cúpula do Mercosul realizada em 2 de julho, em Buenos Aires, a Ministra de Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, e a Presidente-Executiva do FONPLATA, Luciana Botafogo, assinaram **termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica** vigente entre as instituições para o apoio do Banco a projetos brasileiros no âmbito do FOCEM. Por meio

desse instrumento, o escopo da cooperação bilateral foi ampliado para que o FONPLATA passasse a apoiar, por meio de assistência técnica, também a **fase de implementação/execução dos projetos aprovados no Fundo** – até então, o Acordo previa assistência apenas na fase de preparação/elaboração dos projetos.

Com o Aditivo, a cooperação também foi prorrogada por mais 12 meses (término em agosto de 2026) e os recursos previstos foram aumentados em US\$ 15 mil, totalizando US\$ 195 mil. Nessa modalidade de cooperação, os recursos do FONPLATA estão sendo utilizados para a contratação de especialistas em áreas como gestão de projetos, análise ambiental, análise financeira, dentre outros, bem como para a capacitação de servidores de prefeituras, governos estaduais e demais organismos executores para a preparação dos documentos da fase inicial de implementação dos projetos. Tendo em vista que o Regulamento FOCEM é bastante específico e que demanda expertise para a elaboração dos projetos, a medida tem o potencial de facilitar acesso dos entes subnacionais aos recursos do Fundo.

3.2.5.3 Ampliação dos recursos financeiros da cooperação técnica entre SEAID e FONPLATA para o apoio a projetos em 2026

Na Cúpula do Mercosul realizada em 20 de dezembro, em Foz do Iguaçu, MPO e FONPLATA firmaram **novo Memorando de Entendimento (MOU)**, o qual ampliou a cooperação técnica bilateral existente desde 2024, por meio da destinação de **recursos financeiros adicionais**, no valor de US\$ 60 mil, **para o apoio do FONPLATA aos projetos brasileiros no FOCEM ao longo de 2026**. O instrumento, que reafirma o compromisso do MPO e do FONPLATA com o avanço dos projetos brasileiros no âmbito do FOCEM, prevê mecanismos de cooperação técnica e operacional voltados tanto para os organismos executores quanto para a UTNF Brasil, o que será essencial para permitir a superação de gargalos financeiros e institucionais, a continuidade da preparação de projetos selecionados pelo MPO e o apoio na fase inicial de implementação dos projetos a serem aprovados no Mercosul em 2026.

3.2.6 Discussões para renovação do FOCEM

No contexto da participação da SEAID nos trabalhos do Mercosul, destaca-se, também, o **papel central desempenhado nas discussões relativas à 2ª etapa do FOCEM (“FOCEM 2”)**. Com o intuito de estruturar melhor as discussões, a **SEAID elaborou nota conceitual** em que analisou o histórico e a evolução do FOCEM em sua primeira etapa, a redução das assimetrias verificada no período e as restrições orçamentárias e fiscais atuais, além de ter

avançado na identificação de critérios-chave para avaliar a situação socioeconômica dos Estados Partes. A partir desse diagnóstico, o documento apresentou a **proposta brasileira inicial para a segunda etapa do Fundo**, com a indicação de valores concretos para o montante de aportes e a distribuição de contribuições e benefícios entre os membros. Nesse processo, a Secretaria atuou como liderança técnica no tema, tendo contribuído de forma qualificada para a formulação da proposta inicial e para o desenvolvimento das discussões com os demais sócios, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

As tratativas sobre o FOCEM 2, que ganharam impulso no segundo semestre de 2025, durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB) no Mercosul, deverão continuar ao longo de 2026. Nesse contexto, a SEAID seguirá empenhada em contribuir para a construção de uma nova fase do FOCEM e o aprimoramento de seus mecanismos e procedimentos, de forma a fortalecer o Fundo e a promover uma redução efetiva das assimetrias regionais entre os países do Mercosul.

3.3 Negociação de Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Em 2025, tiveram continuidade as negociações para o estabelecimento de um **acordo global vinculante para combater a poluição por plásticos**. Desde o estabelecimento do Comitê Negociador Intergovernamental (INC, na sigla em inglês) para a negociação do futuro acordo pelos países membros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foram realizadas seis sessões do INC e uma reunião técnica interseccional. **Em agosto de 2025, a SEAID participou da INC-5.2, realizada em Genebra, na Suíça**, conferência que retomou as tratativas que haviam sido interrompidas na INC-5, realizada em Busan, na Coreia do Sul, entre novembro e dezembro de 2024.

Cumprе recordar que, desde 2024, a **SEAID vem atuando de forma ativa nas negociações**, tendo coordenado o grupo de trabalho informal do governo brasileiro para o tema e sido responsável pela **elaboração de documento orientador da posição brasileira para a negociação dos meios de implementação do acordo, contendo as diretrizes para a definição do mecanismo financeiro**. O documento do Brasil foi base para a proposta conjunta sobre meios de implementação apresentada pelos países latino-americanos, caribenhos e africanos durante a INC-5, em 2024, a qual obteve apoio de mais de uma centena de países em desenvolvimento e contribuiu para a evolução do texto base da negociação.

Em junho de 2025, a SEAID participou da reunião do GRULAC – agrupamento regional dos países latino-americanos e caribenhos – realizada na Cidade do Panamá, para discutir aspectos técnicos sobre a proposta de mecanismo financeiro junto a outros especialistas da região. **Em agosto de 2025, a SEAID participou da INC-5.2, realizada em Genebra, na Suíça,** conferência que retomou as tratativas que haviam sido interrompidas na INC-5, realizada em Busan, na Coreia do Sul, entre novembro e dezembro de 2024. Na ocasião, representante da SEAID apoiou o MRE em reuniões dos grupos de negociação relacionados aos meios de implementação, incluindo os mecanismos financeiro e de cooperação técnica.

Assim como a INC-5, a INC-5.2 foi suspensa sem a conclusão do acordo. Nesse momento, aguarda-se a retomada das negociações de 2026, a qual deverá ocorrer em algum momento em 2026, em data e local a serem definidos.

3.4 Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

O **Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia** é uma iniciativa conjunta do Sistema das Nações Unidas, do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e do Governo Federal do Brasil, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento sustentável da região de forma integrada e cooperativa. Seu lançamento ocorreu na 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP27), em Sharm el-Sheikh, Egito, em novembro de 2022.

Constituído na forma de um *Multi-Partner Trust Fund* (MPTF), o Fundo está inserido em uma estrutura especializada da ONU para mecanismos de financiamento compartilhado voltados para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Fundo foi implementado em 2024, com a constituição de seu Comitê Diretivo e o anúncio do recebimento de seu primeiro aporte, proveniente do governo do Canadá, no valor de 13 milhões de dólares canadenses (aproximadamente 60 milhões de reais). O MPO participa do Comitê Diretivo do Fundo por meio da SEAID.

Em 2025, foram realizadas a **2ª e a 3ª Reuniões do Comitê Diretivo do Fundo, respectivamente em fevereiro e julho, em Brasília.** Na reunião de fevereiro, o **Comitê Diretivo aprovou os três primeiros projetos a serem financiados pelo Fundo**, a saber:

- 1. PROTEÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS INDÍGENAS NA BACIA AMAZÔNICA BRASILEIRA:** projeto que tem como objetivo promover os direitos de crianças e jovens indígenas por meio de ações integradas, a partir de seis eixos e cinco grupos de trabalho, com transversalidade em gênero e biodiversidade. Apresentado por representantes da UNICEF, será implementado por sete agências da ONU (UNICEF, UNFPA, ACNUR, UNESCO, OIT, OPAS/OMS e OIM).
- 2. REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO PILAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / TERRA PARA ELAS:** projeto com foco na regularização fundiária, com protagonismo de mulheres rurais e comunidades tradicionais no Maranhão e em municípios do Pará. Entre os principais resultados esperados, estão a emissão de 2.500 títulos de domínio até 2026, a capacitação de cerca de 5.000 mulheres e a regularização de 100 mil hectares de terras. O projeto foi apresentado por representante da FAO e será implementado em parceria com o ITERMA/ Governo do Maranhão.
- 3. RESILIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAS) IGARAPÉ SÃO FRANCISCO E LAGO DO AMAPÁ:** projeto com foco em educação ambiental, segurança hídrica, restauração florestal e bioeconomia, a ser implementado em duas Áreas de Proteção Ambiental no Acre e que deverá beneficiar cerca de 11 mil pessoas. O projeto em questão foi apresentado por representante da UNESCO.

Na reunião de julho, o Comitê Diretivo centrou-se em atividades de monitoramento e acompanhamento dos projetos aprovados na reunião anterior, além de ter avançado no estabelecimento e no aprimoramento de aspectos técnicos de seu funcionamento e na definição de regras para a submissão, avaliação e deliberação de projetos futuros.

Registra-se, por fim, que, em novembro de 2025, o Governo do Canadá anunciou, durante a COP 30, um segundo aporte para o Fundo, no valor de 4,3 milhões de dólares canadenses (aproximadamente R\$ 17 milhões), como parte do Programa de Biodiversidade Internacional do Canadá. Com isso, novos projetos deverão ser aprovados para financiamento no início de 2026.

3.5 Representação do MPO em órgãos colegiados interministeriais

Em 2025, a SEAID cumpriu intensa agenda de trabalho e teve **participação relevante em diversos órgãos colegiados interministeriais responsáveis pela formulação, coordenação e deliberação de políticas de comércio exterior, investimentos e recuperação de créditos no exterior**. Em um cenário global particularmente desafiador e no cumprimento de suas atribuições institucionais, a Secretaria assegurou a **representação do Ministério** e a **coordenação de sua atuação** nos diversos órgãos colegiados vinculados à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e no Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Em todas as instâncias, a atuação da SEAID foi marcada por abordagens técnicas, propositivas e em favor da boa governança dos vários órgãos colegiados. A participação ativa na formulação da política de comércio exterior e investimentos alinha-se à missão de promoção do desenvolvimento e da neointustrialização, e mostrou-se ainda mais relevante frente ao contexto de imposição de tarifas comerciais unilaterais a produtos brasileiros. Mais especificamente, compreendeu a análise criteriosa de documentos e propostas submetidos à apreciação dos colegiados; a interlocução permanente com outros membros; a participação ativa em discussões técnicas; a elaboração de notas técnicas, notas informativas, agendas comentadas e demais subsídios informacionais; a construção de entendimentos e de consensos interinstitucionais; e a participação e voto nas reuniões e instâncias competentes. Além disso, a SEAID esteve presente em:

- 4 consultas eletrônicas do Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (CEC);
- 15 reuniões do Comitê-Executivo de Gestão (GECEX), sendo 11 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias;
- 15 reuniões do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT), sendo 11 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias;
- 12 reuniões do Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público (CDC);
- 8 reuniões do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG);
- 7 reuniões técnicas/preparatórias do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG);
- 2 reuniões do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos (GT CONINV);
- 2 reuniões do Grupo de Trabalho de Comércio e Sustentabilidade (GT Comércio e Sustentabilidade);

- 2 reuniões do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE);
- 2 reuniões técnicas/preparatórias do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Pela relevância dos temas, destacam-se as contribuições apresentadas pela SEAID no tocante a dois temas específicos: (i) proposta de otimização dos mecanismos de alteração tarifária e (ii) relatório sobre o enquadramento das medidas dos Estados Unidos da América (EUA) nos critérios previstos na Lei de Reciprocidade Econômica.

Nesse sentido, visando racionalizar e otimizar a utilização dos mecanismos de alteração tarifária à disposição do Governo brasileiro, e tendo em vista a necessidade, à época, de promover a abertura de vagas na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC), a **SEAID apresentou aos demais membros do CAT**, por meio de nota técnica, **proposta de migração de produtos para outros mecanismos de alteração tarifária, buscando** promover uma boa gestão dos mecanismos de alteração tarifária e, em última instância, contribuir para o aprimoramento da política tarifária do país.

Na esteira das **medidas tarifárias unilaterais aplicadas pelos EUA contra o Brasil**, a SEAID contribuiu com as discussões, entre os membros da CAMEX, acerca do **enquadramento de tais medidas nos critérios previstos pela Lei nº 15.122, de 11 de abril de 2025 (Lei de Reciprocidade Econômica)**, regulamentada pelo Decreto nº 12.551, de 14 de julho de 2025. As contribuições do MPO foram apresentadas em relatório sobre o tema, na forma de nota técnica, tendo sido incorporadas ao relatório consolidado elaborado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) e aprovado pelo GECEX.

3.6 Representação do MPO em foros e negociações internacionais

No cumprimento de suas competências legais relativas à coordenação da participação do MPO e à representação do Ministério em negociações e foros internacionais, a **SEAID se engajou ativamente em discussões, articulações e deliberações**. Destaca-se a atuação junto ao Mercosul, em consonância com a prioridade conferida pela política externa brasileira e pelo MPO à integração regional e à promoção do desenvolvimento na América do Sul. Nesse sentido, a Secretaria acompanhou, de forma sistemática e com o aporte de contribuições técnicas, os trabalhos desenvolvidos em órgãos decisórios e outras instâncias do bloco,

com participação ativa nas reuniões da Cúpula, do Conselho do Mercado Comum (CMC), do Grupo Mercado Comum (GMC), do Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX) e do Conselho de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), bem como das reuniões informais de Coordenadores Nacionais do GMC.

Na frente de negociações externas do bloco, a **SEAID acompanhou, com especial atenção, as negociações de acordos comerciais do Mercosul com parceiros regionais e extrarregionais**. A esse respeito, cumpre destacar o anúncio da conclusão definitiva das negociações com a Associação Europeia de Comércio Livre (*European Free Trade Association* – EFTA), feito por ocasião da 66ª Cúpula do Mercosul, em 2 de julho, em Buenos Aires, e sua posterior **assinatura**, ocorrida em 16 de setembro no Rio de Janeiro.

Cumpre destacar que a EFTA é um bloco econômico criado em 1960 e integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. As negociações entre o bloco europeu e o Mercosul tiveram início em 2017, em Buenos Aires. O ALC Mercosul-EFTA, que conforma uma zona de livre comércio de aproximadamente 300 milhões de pessoas e um PIB agregado de mais de US\$ 4,3 trilhões, abrange disciplinas comerciais como comércio de bens e de serviços, regras de origem, investimentos, direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência, defesa comercial, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, comércio e desenvolvimento sustentável, facilitação de comércio e solução de controvérsias. Com isso, o Acordo ampliará o acesso a mercados, gerará novas oportunidades de negócios, elevará os fluxos de comércio e investimentos, melhorará regras e procedimentos aduaneiros e promoverá maior previsibilidade e segurança jurídica nas relações econômicas e comerciais entre as partes.

4

Financiamento externo

Desde janeiro de 2023, a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) vem conduzindo um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional voltado ao fortalecimento da transparência, da eficiência e da previsibilidade na gestão da política brasileira de financiamento externo. Nesse período, consolidou-se a diretriz de publicidade ativa no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofex), mediante a divulgação prévia do calendário anual de reuniões e a publicação regular das pautas, dos pleitos deliberados e dos resultados das deliberações, em bases que favorecem a rastreabilidade, a padronização de informações e a prestação de contas à sociedade.

Em 2025, observaram-se avanços na implementação do novo modelo regulatório inaugurado pela [Resolução Normativa Cofex nº 1, de 22 de novembro de 2024](#), com a adoção de critérios mais objetivos e transparentes para apresentação e avaliação de pleitos, maior aderência às prioridades estratégicas da Administração Pública consignadas no Plano Plurianual 2024 a 2027 e aprimoramentos voltados à redução de assimetrias regionais, com especial atenção a parâmetros como desenvolvimento humano e sustentabilidade fiscal.

No mesmo sentido, foram instituídos limites e sublimites anuais orientados a prioridades estratégicas, incluindo mecanismos voltados à promoção do financiamento em moeda local e à modernização da gestão fiscal, financeira e patrimonial, ampliando a previsibilidade alocativa e o direcionamento do crédito externo para políticas públicas prioritárias. Ademais, a modernização da estrutura regimental da Cofex, formalizada pela [Resolução Cofex/MPO nº 2, de 3 de abril de 2025](#), reforçou a governança dos processos decisórios ao estabelecer regras mais claras de convocação, funcionamento e atribuições, ampliando a consistência e a previsibilidade das deliberações, inclusive no âmbito do Grupo Técnico (GTEC) da Cofex.

Houve o início efetivo da operação do Portal de Financiamento Externo (PFE) como instrumento administrativo eletrônico destinado a integrar, em fluxo único e informatizado, as atividades de registro, análise, autorização e acompanhamento de pleitos. A partir da **179ª Reunião da Cofex**, realizada em 27 de março de 2025, os pleitos passaram a ser processados por meio do PFE, com implementação gradual de soluções tecnológicas que simplificaram a proposição e a análise das demandas e ampliaram a transparência do processo ao

disponibilizar aos proponentes as análises e os registros do trâmite, fortalecendo a rastreabilidade e a qualidade das informações.

Como resultado desses esforços, o triênio recente evidenciou uma trajetória de expansão consistente do volume de autorizações de operações de crédito externo. Em 2025, registrou-se o maior número de pleitos autorizados dos últimos 10 anos, e o montante financeiro autorizado alcançou um patamar 2,1 vezes superior à média observada no período de referência, de 2015 a 2024, refletindo não apenas maior demanda e condição fiscal dos entes subnacionais, mas também maior capacidade institucional de processamento, seleção e direcionamento de propostas em consonância com prioridades públicas. As seções analíticas subsequentes consolidam os principais resultados estatísticos do exercício, permitindo uma leitura objetiva da distribuição das autorizações por recortes institucionais, federativos, territoriais e setoriais.

Em 2025, também se aprimoraram os instrumentos de monitoramento e coordenação da carteira em execução, com a expansão das revisões de carteira e a ampliação da adesão de parceiros internacionais, reforçando a capacidade de identificação proativa de entraves e de disseminação de boas práticas de implementação. Em paralelo, intensificaram-se ações de diálogo federativo e de presença nos territórios, com iniciativas voltadas a ampliar o acesso qualificado de estados e municípios ao financiamento externo e a fortalecer capacidades locais de estruturação de pleitos, incluindo atividades com novas gestões municipais e participação em agendas nacionais e regionais de articulação.

Além disso, avançou-se nas agendas verde, climática e de equidade de gênero, em consonância com as prioridades do Governo Federal e com a crescente centralidade da transição justa nas políticas de desenvolvimento. Nesse eixo, destacam-se:

- 1.** Realização da primeira reunião técnica da Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional;
- 2.** A segunda edição da capacitação em financiamento externo para gestoras estaduais e municipais, com incorporação de etapa de assistência técnica;
- 3.** Ações realizadas na Semana de Inovação da ENAP, incluindo oficina prática voltada a projetos ambientais e climáticos e mesa-redonda sobre diversidade e clima;
- 4.** Webinar temático no âmbito do ciclo Rumo à Belém, dedicado a financiamento externo e políticas integradas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia; e
- 5.** A instituição do Prêmio SEAID Antônio Sabino, voltado à disseminação e ao reconhecimento de iniciativas transformadoras em sustentabilidade ambiental e climática.

Os resultados alcançados em 2025, bem como as perspectivas projetadas para 2026, apresentadas nas seções a seguir, evidenciam o empenho contínuo da SEAID em harmonizar recursos e instrumentos das instituições financeiras internacionais com as prioridades nacionais de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para uma agenda de desenvolvimento sustentável, inclusiva e integrada. Ao fortalecer a governança normativa, aperfeiçoar os instrumentos digitais de gestão e ampliar ações de articulação, capacitação e disseminação de boas práticas, reafirma-se o papel estratégico da SEAID na ampliação da capacidade do Estado brasileiro de mobilizar financiamento externo para enfrentar desafios estruturais e promover avanços duradouros no país.

4.1 Marco Institucional da Comissão de Financiamentos Externos (Coflex)

A Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) é o órgão colegiado, integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas. Estão incluídas, dentre as operações autorizadas pela Coflex, as seguintes:

- Operações de crédito externo de interesse da União, de sua administração direta e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- Operações de crédito externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas administrações diretas e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, quando houver garantia da União ou financiamento de organismo internacional ou de agência governamental estrangeira; e
- Contribuições financeiras não reembolsáveis de interesse da União, de sua administração direta e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; e
- Contribuições financeiras não reembolsáveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas administrações diretas e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, quando houver recursos provenientes de organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

A atuação da Cofix é regulamentada pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, sendo composta pelos seguintes membros:

- Ministério do Planejamento e Orçamento:
 - Secretário-Executivo (Presidente da Comissão);
 - Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Secretaria-Executiva da Comissão);
 - Secretária Nacional de Planejamento; e
 - Secretário de Orçamento Federal.

- Ministério da Fazenda:
 - Secretário do Tesouro Nacional;
 - Secretária de Assuntos Internacionais; e
 - Secretário de Política Econômica.

- Ministério de Relações Exteriores:
 - Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros.

FIGURA 1 – Comissão de Financiamentos Externos



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

A Cofix se reúne trimestralmente para fins de deliberação acerca dos pleitos de elaboração de projetos públicos com financiamento externo. As deliberações da Cofix se dão em conformidade com diversos critérios de análise dos pleitos, tendo por base o disposto na [Resolução Normativa Cofix nº 1, de 22 de novembro de 2024](#).

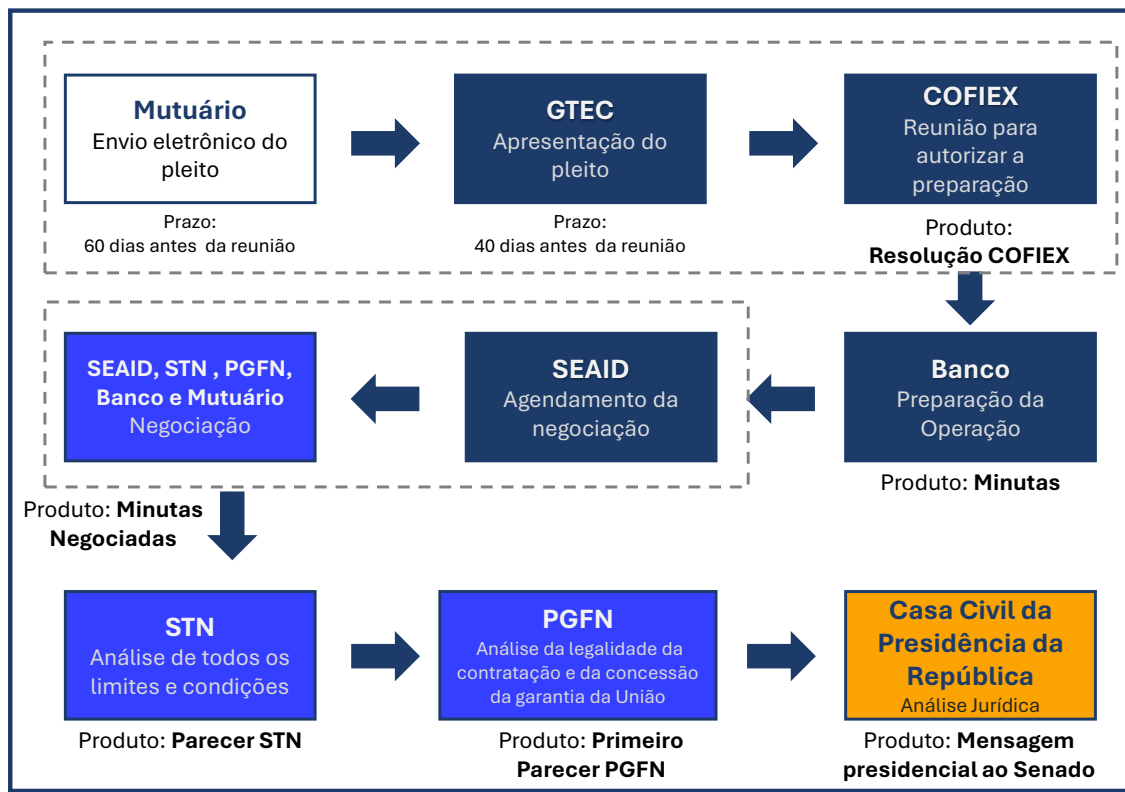
A fim de apoiar a atuação do Colegiado, a Cofix conta com um Grupo Técnico (GTEC). Compete ao GTEC:

- Avaliar preliminarmente, em caráter consultivo, pleitos relativos à preparação de projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas a fim de subsidiar as decisões da Cofix; e
- avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, prorrogações de prazo de desembolso e cancelamentos de saldos de operações de crédito externo.

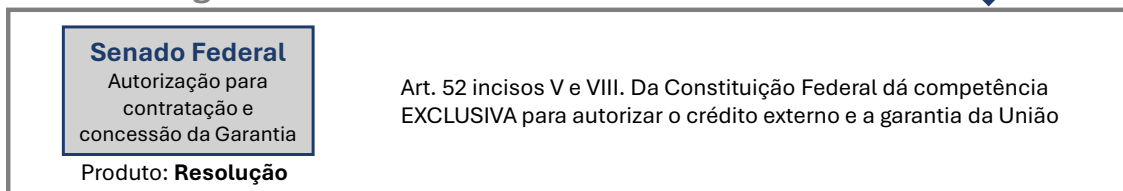
O fluxograma a seguir representa, de maneira sucinta, o processo desde a apresentação do pleito pelos proponentes até a assinatura dos contratos. Ressalte-se a participação de outras instâncias governamentais, tais como a Presidência da República, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Senado Federal, o ente federado e o organismo, agência ou o banco financiador/credor.

FIGURA 2 – Fluxograma das operações de crédito externo com garantia da União

1. Poder Executivo



2. Poder Legislativo



3. Poder Executivo



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.2 Avanços Institucionais de 2025

Em 2025, a SEAID, em parceria com os demais membros da Cofix, promoveu importantes avanços institucionais, reforçando seu compromisso com a modernização dos processos de financiamento externo e com a implementação de políticas públicas em consonância com as diretrizes estratégicas do Governo Federal. Destacam-se as seguintes realizações:

- Novo modelo regulatório da Cofix;
 - Critérios de Análise e Alinhamento ao PPA;
 - Implementação e Consumo Integral do Limite em Moeda Local;
 - Criação do Sublimite para Projetos Fiscais.
- Portal de Financiamento Externo;
- Manual Interno da Subsecretaria de Financiamento Externo (SUFIN);
- Universalização do Monitoramento: Adesão Massiva dos Parceiros Internacionais às Revisões de Carteira;
- Fortalecimento do Diálogo Federativo;
 - Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas;
 - Caravanas Federativas: Presença nos Territórios.
- Primeira reunião técnica da Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional;
- Segunda edição da capacitação em financiamento externo para gestoras estaduais e municipais;
- Participação na Semana de Inovação da ENAP 2025;
 - Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos;
 - Mesa-redonda: Diversidade e Clima no Financiamento Externo de Políticas de Impacto.
- Webinar Financiamento Externo na COP30 - Políticas Integradas para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia;
- Prêmio Seaid Antônio Sabino: Iniciativas Transformadoras para a Sustentabilidade Ambiental e Climática.

4.2.1 Novo modelo regulatório da Coflex

A partir do ano de 2025, entrou em vigor uma nova estrutura normativa contendo os critérios de apresentação e análise de pleitos para a elaboração de programas e projetos de interesse de órgãos públicos com amparo de financiamentos externos. Essa estrutura tem por base a [Resolução Normativa Coflex nº 1, de 22 de novembro de 2024](#). Além de consolidar diversas normas, essa resolução introduziu importantes inovações aos processos da Coflex. As informações detalhadas sobre o referido normativo foram amplamente abordadas em [webinário](#), cujo conteúdo encontra-se disponível no canal oficial do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) na plataforma YouTube.

Os critérios para a apresentação dos pleitos, incluídos os diversos aspectos do programa ou projeto, passaram a ser apresentados de forma detalhada, trazendo maior transparência acerca do que os proponentes devem atender no preenchimento de suas demandas à Coflex.

A maior parte da pontuação considerada para a aprovação dos pleitos passou a ser obtida mediante atendimento aos objetivos estratégicos e às prioridades da Administração Pública constantes do Plano Plurianual. Buscando priorizar a promoção do desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades regionais, o Índice de Desenvolvimento Humano dos entes da federação proponentes ganhou maior peso na seleção dos programas e projetos, ao mesmo tempo em que foi restringida, por reunião, a apresentação de múltiplos pleitos por um mesmo mutuário. Foram criados limites e sublimites específicos de valores de financiamento externo a serem autorizados pela Coflex durante o ano. Esses limites e sublimites buscam atender **políticas públicas estratégicas**, em especial a promoção da proteção do meio ambiente e o enfrentamento da emergência climática; a promoção de parcerias público-privadas; e a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial. Pela mesma ferramenta, buscou-se a promoção do financiamento externo em reais, de modo a reduzir o risco cambial em parte das operações externas.

Outra inovação importante foi a reformulação da estrutura regimental da Coflex por meio da [Resolução Coflex/MPO nº 2, de 3 de abril de 2025](#). Com o novo regimento, buscou-se dar maior previsibilidade, transparência e consistência às deliberações e aos processos decisórios da Coflex e do GTEC, além de estabelecer regras claras sobre convocação de reuniões, atribuições dos membros e mecanismos de controle interno.

4.2.1.1 Critérios de Análise e Alinhamento ao PPA

A implementação da [Resolução Normativa Coflex nº 1, de 22 de novembro de 2024](#), inaugurou uma nova metodologia de análise de pleitos, desenhada para garantir que o financiamento externo atue como vetor direto das prioridades estratégicas nacionais. A principal inovação reside na substituição dos antigos critérios de enquadramento pela Análise de Áreas Estratégicas, que passa a ser o centro da avaliação qualitativa, com pontuação máxima de 10 pontos.

Nesse novo modelo, a pontuação é atribuída conforme o grau de aderência e impacto do projeto em relação aos objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Projetos que demonstrem caráter estruturante, transformador e escalável em áreas prioritárias podem atingir a pontuação máxima (critério de impacto potencial excepcional). Adicionalmente, foram instituídos pontos de bonificação para iniciativas voltadas a temas transversais urgentes, como o combate à fome, a redução de desigualdades, o enfrentamento da emergência climática e a integração regional em faixas de fronteira.

Outras mudanças estruturais nos critérios de elegibilidade e governança incluíram:

- **Análise Técnica Qualificatória:** a avaliação técnica deixa de compor a nota numérica e passa a ter caráter eliminatório (apto/inapto). Isso assegura que apenas projetos com alto grau de maturidade, consistência no desenho e gestão de riscos robusta avancem para a pauta da Comissão.
- **Redução do Piso Populacional:** para ampliar o acesso de cidades médias ao crédito internacional e reduzir assimetrias regionais, a exigência populacional mínima para municípios pleitearem recursos diretamente foi reduzida de 100 mil para **80 mil habitantes**.
- **Racionalização da Pauta:** para otimizar o fluxo de análise e democratizar o acesso aos limites anuais, estabeleceu-se a regra de **um pleito por ente federativo** (incluindo sua administração direta e indireta) a cada reunião da Coflex, aplicável ao Limite Geral.
- **Critérios Financeiros (STN):** para entes subnacionais, a Capacidade de Pagamento (CAPAG) passa a ter peso 2, e a Trajetória de Endividamento, peso 1, reforçando a responsabilidade fiscal na seleção.

4.2.1.2 Implementação e Consumo Integral do Limite em Moeda Local

Uma das inovações introduzidas durante o ano de 2025 foi a criação de um limite dedicado exclusivamente a operações de crédito externo contratadas em moeda local (Real - R\$). A [Resolução Normativa Coflex nº 1, de 22 de novembro de 2024](#), disciplinou esse novo instrumento com o objetivo de oferecer uma alternativa mais segura aos entes subnacionais, eliminando o risco cambial e respondendo a uma demanda histórica de estados e municípios que enfrentavam obstáculos fiscais para a contratação em moeda estrangeira.

A iniciativa obteve adesão expressiva e imediata, confirmando o acerto da medida regulatória. Na 180ª Reunião da Coflex, realizada em junho, o valor total de R\$ 2,4 bilhões disponibilizado para este fim foi integralmente alocado.

A alta demanda resultou na aprovação de quatro projetos estruturantes que consumiram a totalidade do teto estabelecido:

- **Município de Palmas (TO):** Programa de Resiliência Climática e Desenvolvimento Urbano Integrado (R\$ 447,3 milhões);
- **Estado do Piauí:** Programa de Fortalecimento do SUS (R\$ 698,8 milhões);
- **Estado do Pará:** Expansão do Acesso à Educação Profissional e Tecnológica (R\$ 451,3 milhões);
- **Estado de São Paulo:** PROFISCO III – SP (R\$ 750 milhões).

O esgotamento do limite reafirma a importância da inovação regulatória no financiamento público e sinaliza o potencial de expansão dessa modalidade para a construção de soluções mais eficazes e sustentáveis para o desenvolvimento federativo.

4.2.1.3 Criação e Anúncio do Sublimite para Projetos Fiscais

Em resposta ao cenário desafiador de implementação da Reforma Tributária e à crescente demanda dos entes subnacionais por modernização da gestão pública, a SEAID articulou, no início de 2025, a criação de um sublimite específico para operações de crédito voltadas à melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial.

Essa medida reflete a preocupação da Secretaria com a modernização da gestão pública e com a promoção de um desenvolvimento fiscal sustentável. Ao garantir recursos para essa finalidade, a Secretaria reconhece que a saúde fiscal dos entes subnacionais é a base para a manutenção de políticas públicas perenes. O incentivo a investimentos em tecnologia, digitalização e governança fazendária visa não apenas aumentar a eficiência arrecadatória, mas assegurar a solidez das contas públicas estaduais e municipais a longo prazo.

Em diálogo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi estabelecido um sublimite de US\$ 0,6 bilhão (aproximadamente R\$ 3 bilhões) exclusivo para operações enquadradas nos termos do inciso I do § 3º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, destinadas a financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial.

Esse marco foi anunciado oficialmente durante a 63ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), realizada em março de 2025, em Belém (PA). Na ocasião, a SEAID apresentou a nova distribuição do limite global de US\$ 5,0 bilhões para entes subnacionais:

- **US\$ 3,0 bilhões** para contratações gerais;
- **US\$ 0,6 bilhão** para projetos de gestão fiscal, financeira e patrimonial (Novo Sublimite);
- **US\$ 0,5 bilhão** para Parcerias Público-Privadas (PPPs);
- **US\$ 0,5 bilhão** para projetos ambientais;
- **US\$ 0,4 bilhão** para operações com hedge cambial.

A definição desse sublimite assegurou a previsibilidade necessária para que os gestores pudessem estruturar projetos robustos de modernização, estritamente alinhados aos critérios legais de melhoria da administração das receitas e gestão fiscal, financeira e patrimonial.

FIGURA 3 – 63ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF)



Fonte: COGEF.

4.2.2 Portal de Financiamento Externo

O [Portal de Financiamento Externo](#) (PFE) foi instituído como instrumento administrativo eletrônico destinado a integrar, em um fluxo único, padronizado e informatizado, as atividades de registro, análise, autorização e acompanhamento de pleitos de preparação de programas e projetos do setor público com apoio de natureza financeira proveniente de fontes externas. Ao centralizar informações e documentos em um ambiente único, o PFE busca mitigar a fragmentação informacional, reduzir retrabalho e reforçar a rastreabilidade dos atos praticados ao longo do processo decisório da Cofix.

Embora tenha sido [lançado em 2024](#), por ocasião da publicação da [Resolução Normativa Cofix nº 1, de 22 de novembro de 2024](#), foi em 2025 que o PFE entrou efetivamente em operação, com a consolidação de rotinas institucionais e a adoção progressiva do Portal como canal ordinário de tramitação dos pleitos. A partir da 179ª Reunião da Cofix, realizada em 27 de março de 2025, os pleitos deliberados pela Comissão passaram a ser processados por meio do PFE, com registro estruturado das etapas, dos documentos e das manifestações produzidas durante a instrução processual.

Ao longo de 2025, foram implementadas, de forma gradual, novas soluções tecnológicas voltadas a simplificar e qualificar a proposição e a análise de pleitos pelos órgãos e entidades envolvidos, com ênfase na padronização das informações, na organização do conjunto documental e no aprimoramento do fluxo de trabalho. Como medida complementar de apoio à adoção do Portal e de orientação aos proponentes, foi elaborada a [Cartilha de Orientações para o Preenchimento de Pleitos no PFE](#), com vistas a esclarecer dúvidas recorrentes e a apoiar o correto preenchimento das informações e a adequada instrução documental. O PFE também contribuiu para fortalecer a transparência e a previsibilidade do processo ao disponibilizar aos proponentes o acesso às análises, encaminhamentos e registros do trâmite, ampliando a visibilidade sobre o andamento do pleito e sobre os fundamentos técnicos considerados no âmbito da Cofix.

Nesse contexto, o PFE passou a se consolidar como uma plataforma institucional de governança do financiamento externo, ao oferecer suporte a controles processuais, à memória administrativa e à produção de evidências para fins de prestação de contas. Ademais, os avanços obtidos em 2025 criaram condições para a expansão do escopo do Portal a partir de 2026, com a incorporação de funcionalidades voltadas à gestão de negociações, alterações vinculadas a projetos autorizados e contratos firmados e ao registro e monitoramento sistemático da execução, em continuidade ao processo de absorção e aperfeiçoamento de funcionalidades historicamente executadas no âmbito do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

FIGURA 4 – Portal de Financiamento Externo



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.2.3 Manual Interno da Subsecretaria de Financiamento Externo (SUFIN)

A SEAID promoveu a consolidação de seus fluxos internos por meio da elaboração de um Manual Interno da Subsecretaria de Financiamento Externo (SUFIN). A iniciativa foi desenvolvida após a realização de reuniões da Coflex já sob a vigência do novo marco normativo, o que permitiu a sistematização de práticas e entendimentos institucionais.

Elaborado ao longo do segundo trimestre de 2025 por um grupo de trabalho com representantes das coordenações da SUFIN/SEAID, o manual detalha, em ordem cronológica, as etapas de análise e de submissão de pleitos à Coflex, bem como os procedimentos relativos às negociações contratuais das operações de crédito externo. Estruturado em plataforma dinâmica e concebido como documento de atualização permanente, o manual tem contribuído para a uniformização de procedimentos, a capacitação de novos analistas e o fortalecimento da eficiência, da previsibilidade e da segurança técnica na atuação da SEAID nos processos de financiamento externo.

4.2.4 Universalização do Monitoramento: Adesão Massiva dos Parceiros Internacionais às Revisões de Carteira

O ano de 2025 representou um marco na governança dos projetos em execução, consolidando as revisões de carteira como um dos instrumentos centrais de monitoramento. Houve uma expansão significativa dessa estratégia, que passou a abranger quase a totalidade dos organismos internacionais e agências governamentais estrangeiras com operações no país.

Esse avanço na abrangência foi marcado pelo ineditismo, registrando a realização das primeiras revisões de carteira de parceiros estratégicos como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o KfW (Banco de Desenvolvimento da Alemanha) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Simultaneamente, assegurou-se a continuidade do trabalho com instituições que já haviam adotado essa sistemática, como o CAF e o FONPLATA, que realizaram suas segundas revisões anuais. Esse esforço de coordenação resultou na realização de oito eventos de revisão ao longo do ano, permitindo a identificação proativa de entraves em 130 projetos e a disseminação de boas práticas de implementação.

4.2.5 Fortalecimento do Diálogo Federativo

O ano de 2025 foi marcado por uma estratégia intensiva de aproximação entre o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e os entes subnacionais, visando desmistificar o acesso ao crédito internacional e fortalecer a capacidade de gestão local. A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) desempenhou papel central nessa agenda, atuando de forma estratégica em grandes eventos nacionais e regionais.

4.2.5.1 Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas

Realizado em Brasília, em fevereiro de 2025, o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas reuniu mais de 25 mil participantes e consolidou-se como um marco inicial dessa estratégia. A SEAID organizou oficinas técnicas voltadas a apresentar soluções de financiamento para o desenvolvimento local, em parceria com bancos de desenvolvimento da França (AFD), do Japão (JICA) e da Alemanha (KfW), além de instituições multilaterais como o BID e o Banco Mundial.

O objetivo central foi esclarecer aos gestores municipais as etapas de estruturação de pleitos, os requisitos de capacidade de pagamento e o funcionamento da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), instrumentalizando as novas administrações para a busca de recursos voltados a projetos estruturantes.

4.2.5.2 Caravanas Federativas: Presença nos Territórios

Complementando a agenda nacional, a SEAID participou ativamente das Caravanas Federativas, iniciativa coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para levar atendimento direto aos gestores nos estados.

- **Foz do Iguaçu (PR) – outubro/2025:** A edição no Paraná reuniu mais de 130 prefeitos e 170 vereadores, com foco nas cidades de fronteira. A equipe da SEAID manteve estande de atendimento e conduziu oficinas sobre o papel da Cofix e as oportunidades de financiamento externo nessas localidades estratégicas do Mercosul. Foram apresentados os avanços em transparência ativa, como a divulgação prévia do calendário de reuniões e o lançamento do Portal de Financiamento Externo, facilitando a preparação de propostas pelos entes.
- **Belo Horizonte (MG) – dezembro/2025:** Na edição mineira, a SEAID ministrou oficinas sobre o Financiamento Externo Municipal, destacando o potencial desses recursos para viabilizar projetos transformadores em áreas como saúde, educação, mobilidade e energia. A ação integrou um esforço conjunto do MPO, que também levou pautas sobre avaliação de políticas públicas e integração regional.

Essa presença ativa nos territórios reforçou o compromisso da SEAID em descentralizar a informação e promover uma gestão mais integrada e eficiente, assegurando que as oportunidades de financiamento internacional cheguem a todas as regiões do país.

FIGURA 5 – Caravana Federativa Minas Gerais



Fonte: MPO.

4.2.6 Primeira reunião técnica da Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional

A primeira reunião técnica da “Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional” foi realizada em 14 de abril de 2025 com a participação das instituições envolvidas desde a sua inauguração, em dezembro de 2024, bem como do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), que formalizou sua adesão durante o encontro.

O objetivo do encontro foi dar transparência e promover a troca de informações sobre oportunidades e desafios para a inclusão e promoção da ótica de gênero em projetos no país, passo indispensável para a concretização dos compromissos constantes na declaração conjunta sobre a promoção do empoderamento feminino e da igualdade de gênero em projetos de financiamento internacional.

Na ocasião, as equipes apresentaram projetos em curso no Brasil, iniciativas de sucesso realizadas em outros países e discutiram formas de alinhamento e complementação

dos esforços. O encontro inaugurou uma nova etapa de cooperação, que pretende integrar diretrizes, indicadores e critérios de impacto com foco na inclusão de mulheres.

A Aliança foi **assinada em dezembro de 2024** por meio de documento do MPO com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), o Banco de Desenvolvimento FONPLATA e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

FIGURA 6 – **Primeira reunião técnica da Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional**



Confira as imagens da reunião



Fonte: MPO.

4.2.7 Segunda edição da capacitação em financiamento externo para gestoras estaduais e municipais

No período de 26 a 28 de agosto de 2025, a SEAID, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), promoveu a segunda edição da capacitação em financiamento externo voltada a gestoras estaduais e municipais.

Realizado presencialmente na sede da ENAP, em Brasília, **o curso “Mulheres na Gestão: Financiamento Externo para Políticas Públicas”** reuniu 38 participantes de

14 estados e de 38 municípios de todas as regiões do Brasil – mulheres ocupantes de cargos estratégicos nas áreas de planejamento, fazenda, administração e casa civil.

A ação conferiu importante continuidade à edição piloto realizada em 2024, que capacitou 58 governadoras, vice-governadoras, prefeitas, vice-prefeitas, secretárias de estado e outras gestoras. A experiência de 2025 manteve o propósito de ampliar a participação feminina na captação de recursos externos junto a instituições multilaterais de desenvolvimento, buscando fortalecer políticas públicas sensíveis às desigualdades de gênero, raça e território. Neste ano, o projeto incorporou uma etapa de assistência técnica, a ser realizada em 2026, voltada a apoiar seis municípios selecionados na elaboração de pleitos de financiamento externo.

A capacitação foi organizada como uma jornada formativa que começou com uma abertura marcada pelo protagonismo feminino nas lideranças do CAF, SEAID e ENAP, seguida de uma palestra magna que estabeleceu o marco conceitual sobre a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas locais. As atividades avançaram com exposições sobre fontes de financiamento externo, requisitos do Ciclo da Coflex e fundamentos da sustentabilidade fiscal, incluindo a Capacidade de Pagamento e a trajetória de endividamento dos entes subnacionais. As participantes receberam uma apostila de apoio reunindo os principais conteúdos, que serviu como referência para acompanhar todo o curso.

Na sequência, representantes da PGFN e da STN aprofundaram aspectos normativos e operacionais da negociação contratual e do processo de submissão do PVL, enquanto o Programa Pró-Igualdade foi apresentado como iniciativa nacional voltada às mulheres, igualdade racial e cuidado familiar. Experiências municipais de Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e Criciúma mostraram a integração da perspectiva de gênero em projetos financiados internacionalmente. Também ocorreram sessões temáticas conduzidas por especialistas de bancos de desenvolvimento, que discutiram oportunidades e critérios de elegibilidade em áreas como desenvolvimento social, infraestrutura e modernização estatal. A jornada foi concluída com oficinas práticas voltadas à elaboração de pleitos de financiamento externo, seguidas de uma síntese dos aprendizados e das falas finais das instituições organizadoras.

Além de difundir conhecimentos técnicos sobre financiamento externo, a iniciativa buscou estimular a criação de redes de colaboração entre gestoras de diferentes regiões do país, ampliando oportunidades de troca de experiências, networking e cooperação interinstitucional. Ao fortalecer esse ecossistema de apoio mútuo, a SEAID contribuiu para que mais mulheres ocupem posições de liderança em projetos estratégicos, ampliando o impacto das políticas públicas e promovendo maior diversidade nos processos decisórios.

FIGURA 7 – Encerramento da segunda edição do curso Mulheres na Gestão: Financiamento Externo para Políticas Públicas



Confira as imagens da capacitação
PRIMEIRO DIA | SEGUNDO DIA | TERCEIRO DIA



Fonte: ASCOM/MPO.

4.2.8 Participação na Semana de Inovação da ENAP 2025

A SEAID integrou a **programação** da edição de 2025 da Semana de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), SI 2025, com **duas atividades** voltadas à discussão do papel do financiamento externo no desenvolvimento sustentável do país.

Sob o tema “Um Planeta, Uma Chance: Inovar para um Futuro Possível”, a SI 2025 buscou motivar para a tomada de conhecimento sobre a emergência climática e inspirar reflexões e caminhos para a construção de políticas públicas e inovações em governo, a serviço da sustentabilidade, da justiça climática e da prosperidade para todos.

A Subsecretaria de Financiamento Externo (SUFIN), mediante inscrição na chamada pública para atividades presenciais, propôs e obteve aprovação para organizar duas ações na SI 2025: a Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos e a Mesa-redonda: Diversidade e Clima no Financiamento Externo de Políticas de Impacto.

As duas atividades realizadas pela SEAID na SI 2025 tiveram um **propósito comum**: contribuir para que os projetos financiados com recursos externos impulsionem não apenas o crescimento econômico, mas também um desenvolvimento justo, inclusivo e resiliente às mudanças climáticas, capaz de gerar transformações estruturais, fortalecer capacidades institucionais e produzir benefícios duradouros para a sociedade brasileira.

4.2.8.1 Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos

A SEAID participou da Semana de Inovação 2025 da ENAP com duas atividades voltadas ao papel do financiamento externo no desenvolvimento sustentável, alinhadas ao tema “Um Planeta, Uma Chance: Inovar para um Futuro Possível”. A Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos promoveu uma experiência prática e colaborativa, na qual gestores públicos simularam a elaboração de projetos voltados à sustentabilidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas, seguindo diretrizes da Coflex. A atividade incluiu apresentações sobre o papel estratégico da Coflex na transição verde e sobre iniciativas da Agência Francesa de Desenvolvimento no Brasil, reforçando a importância da captação de recursos internacionais para políticas alinhadas às prioridades nacionais de sustentabilidade.

FIGURA 8 – **Abertura da Oficina de Financiamento Externo para Projetos Ambientais e Climáticos**



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Já a Mesa-redonda sobre Diversidade e Clima no Financiamento Externo de Políticas de Impacto reuniu especialistas da SUFIN/SEAID, ONU Mulheres Brasil, Banco Fonplata e MMA para discutir a integração de sustentabilidade, resiliência e diversidade de gênero e raça em projetos financiados externamente. O debate destacou que a inclusão dessas dimensões promove maior equidade, eficiência e aceitação comunitária, além de assegurar impactos positivos duradouros. Foram apresentadas iniciativas como a Aliança para Gênero

e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional, ressaltando a justiça climática como eixo central e a necessidade de abordagens multissetoriais que reconheçam desigualdades sociais e interseccionalidades na ação climática.

FIGURA 9 – Palestra sobre Diversidade e Inclusão e a Pauta Ambiental na Cofix, durante a Mesa-redonda Diversidade e Clima no Financiamento Externo de Políticas de Impacto



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.2.9 Webinário Financiamento Externo na COP30 – Políticas Integradas para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Como parte do ciclo de eventos “Rumo à Belém”, promovidos pela Presidência Brasileira da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), a SEAID/MPO realizou, entre os dias 20 e 23 de outubro de 2025, evento técnico *on-line* sobre financiamento externo e política pública ambiental.

O evento “Financiamento Externo na COP30 - Políticas Integradas para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia” teve foco na sensibilização de gestores estaduais e municipais sobre as potencialidades do financiamento externo para a viabilização de projetos voltados a políticas públicas integradas para a região amazônica.

O painel de abertura do webinar contou com uma apresentação das principais características e fontes de financiamento externo disponíveis para governos locais, ressaltando o seu papel estratégico no fortalecimento e na inovação das políticas públicas. Também foram apresentadas informações sobre o sublimite anual que financia projetos ou programas cujos recursos sejam integralmente destinados a objetivos ambientais ou climáticos.

Em continuidade, foi realizado um painel para discutir o tema da Agenda Transversal de Povos Indígenas em projetos de financiamento externo, tendo em vista que, apesar do reconhecimento dos direitos de que goza a população indígena no Brasil e do aumento das ações focalizadas nesses grupos, os projetos financiados com recursos externos com foco direto em territórios e populações indígenas ainda são pouco numerosos. Foram debatidas a relevância e as possibilidades de inclusão de ações para povos indígenas em projetos que contam com financiamento internacional.

O evento contou com um painel específico para a apresentação do Programa Amazônia Sempre, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem como objetivo aumentar a coordenação regional para acelerar o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente da região amazônica, incluindo fontes de financiamento para projetos subnacionais na Amazônia Legal Brasileira.

Por fim, foram também apresentados estudos de caso sobre projetos de financiamento externo em execução, com foco em ações de impacto ambiental positivo em cidades e no campo. Representantes de estados e municípios compartilharam experiências de desenho e implementação de programas de promoção do desenvolvimento rural conciliado à conservação ambiental no bioma amazônico (PAGES/MA), de saneamento e desenvolvimento de cidades resilientes e adaptadas em municípios amazônicos (PRODESAN/PA), e de manutenção de Unidades de Conservação aliada à prevenção e mitigação de desastres e eventos climáticos extremos em áreas vulneráveis (PDSL/SP).

FIGURA 10 – Apresentação sobre o Projeto ASL Brasil durante o Webinar Financiamento Externo na COP30



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.2.10 Prêmio Seaid Antônio Sabino: Iniciativas Transformadoras para a Sustentabilidade Ambiental e Climática

O **Prêmio Seaid Antônio Sabino**: Iniciativas Transformadoras para a Sustentabilidade Ambiental e Climática homenageia Antônio Sabino da Costa Filho, servidor de referência na SEAID com 38 anos de experiência no desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação para a gestão eletrônica de documentos e processos de financiamento externo.

Com uma trajetória marcada por dedicação e compromisso com o interesse coletivo, Antônio Sabino foi responsável pelo desenvolvimento do primeiro sistema de apoio à Cofix, o Sistema de Acompanhamento de Projetos Multilaterais e Bilaterais (Sispro). Posteriormente, participou do desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS), lançado em 2013, e do Painel Cofix, ferramenta de transparência desenvolvida em 2019. Atualmente, exerce a função de Chefe da Divisão de Sistemas e Dados, integra a equipe de desenvolvimento do PFE, instituído em 2024, e atua na elaboração do novo Painel Cofix.

Ao homenagear um exemplo de profissionalismo, ética e humanidade, cujo legado enobrecer a missão do serviço público, o 1º Prêmio Seaid Antônio Sabino busca inspirar o reconhecimento e a candidatura de iniciativas que, de forma semelhante, gerem impactos positivos e duradouros na sociedade.

FIGURA 11 – Antônio Sabino da Costa Filho



Fonte: ASCOM/MPO.

A premiação foi criada pelo Edital nº 2/2025, divulgado em 13 de outubro de 2025, com o propósito de contribuir para a disseminação e a replicação de boas iniciativas junto a proponentes que buscam financiamento externo.

Para se candidatar ao prêmio, as iniciativas devem integrar programas ou projetos nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, que tenham sido aprovados pela Cofix. Os seguintes temas podem ser abordados: conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, ecossistemas e biomas; prevenção e controle do desmatamento e incêndios florestais; proteção, conservação e uso sustentável de recursos hídricos e marinhos; gestão e destinação adequada de resíduos; prevenção e controle de poluição; mitigação das emissões de gases de efeito estufa; adaptação às mudanças climáticas.

Em sua primeira edição, o prêmio selecionará cinco iniciativas finalistas e reconhecerá três iniciativas vencedoras que impactem positivamente no desenvolvimento sustentável dos territórios onde são implementadas. A cerimônia de premiação está prevista para fevereiro de 2026, em Brasília, com transmissão ao vivo.

FIGURA 12 – Prêmio Seaid Antônio Sabino



Fonte: ASCOM/MPO.

4.3 Relevância da Atuação da Cofex no Contexto Nacional

A Cofex constitui a instância central de coordenação do ciclo de financiamento externo no setor público, ao organizar, padronizar e submeter à deliberação colegiada os pleitos de programas e projetos apoiados por organismos financeiros internacionais e agências governamentais estrangeiras. Sua atuação contribui para assegurar maior previsibilidade e consistência ao processo, ao estabelecer critérios e rotinas que orientam os proponentes e harmonizam o fluxo de análise entre os diversos atores envolvidos.

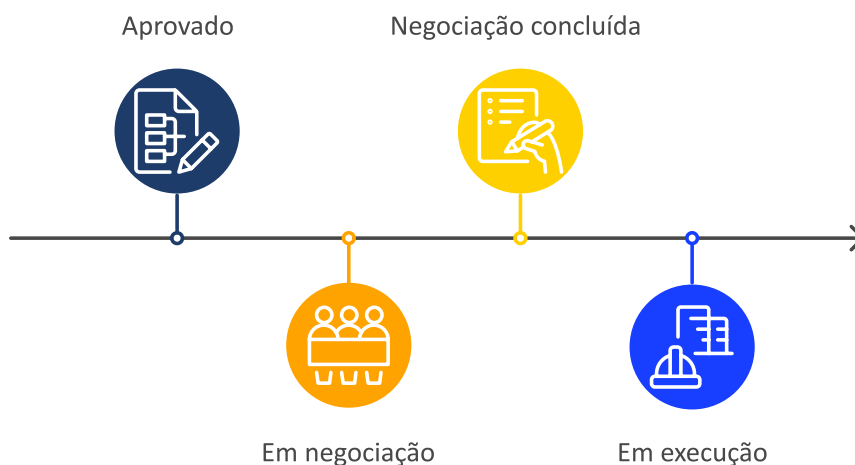
Nesse contexto, a relevância da Cofex manifesta-se, sobretudo, na capacidade de estruturar uma carteira nacional de iniciativas com financiamento externo e de conferir transparência ao acompanhamento do ciclo das operações, da autorização à negociação e à execução, fortalecendo a governança e a comparabilidade das informações. As seções subsequentes apresentam o panorama de 2025, com foco na carteira ativa, na evolução dos pleitos recebidos e autorizados e na distribuição das autorizações por diferentes recortes analíticos.

4.3.1 Carteira Ativa de Projetos e Programas

A Carteira Ativa da Coflex abrange o conjunto de projetos e programas cuja preparação foi autorizada pela Comissão, permanecendo registrada desde a data de autorização até a conclusão da fase de execução. Nessa perspectiva, a Carteira Ativa sintetiza o estágio de andamento de cada operação e viabiliza o acompanhamento contínuo do ciclo dos projetos financiados por recursos externos, subsidiando a gestão das etapas necessárias à sua efetiva implementação. Para fins de monitoramento e análise, as operações que compõem a Carteira Ativa são classificadas em quatro fases, descritas e representadas graficamente a seguir.

- **Aprovado:** corresponde à fase imediatamente posterior à autorização da Coflex, na qual o Banco financiador e o Mutuário preparam conjuntamente o projeto aprovado e elaboram as minutas contratuais necessárias para viabilizar a operação.
- **Em negociação:** caracteriza-se pela etapa em que as minutas contratuais previamente elaboradas são negociadas entre as partes envolvidas, contando com a participação ativa da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Banco financiador e Mutuário.
- **Negociação concluída:** refere-se ao período subsequente à fase de negociação, no qual o processo tramita junto à STN e PGFN, culminando na autorização necessária por parte do Senado Federal, antes da efetiva assinatura do contrato.
- **Em execução:** fase final, iniciada após a assinatura contratual, a partir da qual os contratos tornam-se efetivos, dando início à execução propriamente dita das atividades previstas no âmbito dos projetos e programas autorizados.

FIGURA 13 – Fases de andamento dos projetos ou programas da Carteira Ativa da Coflex



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.3.2 Carteira Ativa da Coflex em Números

A Carteira Ativa da Coflex compreende, atualmente, um total de 412 operações de crédito externo, cujo montante financeiro agregado alcança a expressiva soma de US\$ 55,4 bilhões. Deste total financeiro, 43,0% estão associados a operações na fase “Aprovado”; 27,6% a operações na fase “Negociação concluída”; e os 29,4% restantes a operações na fase “Em execução”, conforme detalhado na tabela apresentada a seguir.

TABELA 1 – Distribuição da Carteira Ativa de acordo com a fase de andamento das operações

Fase	Número de Operações	Valor de Empréstimo	Valor de Contrapartida	Empréstimo / Total (%)
Aprovado	160	23.810,0	3.093,3	43,0%
Negociação concluída	98	15.278,1	4.076,8	27,6%
Em execução	154	16.272,1	4.430,4	29,4%
Total	412	55.360,2	11.600,5	100%

Nota: um programa ou projeto pode contemplar mais de uma operação de crédito externo.

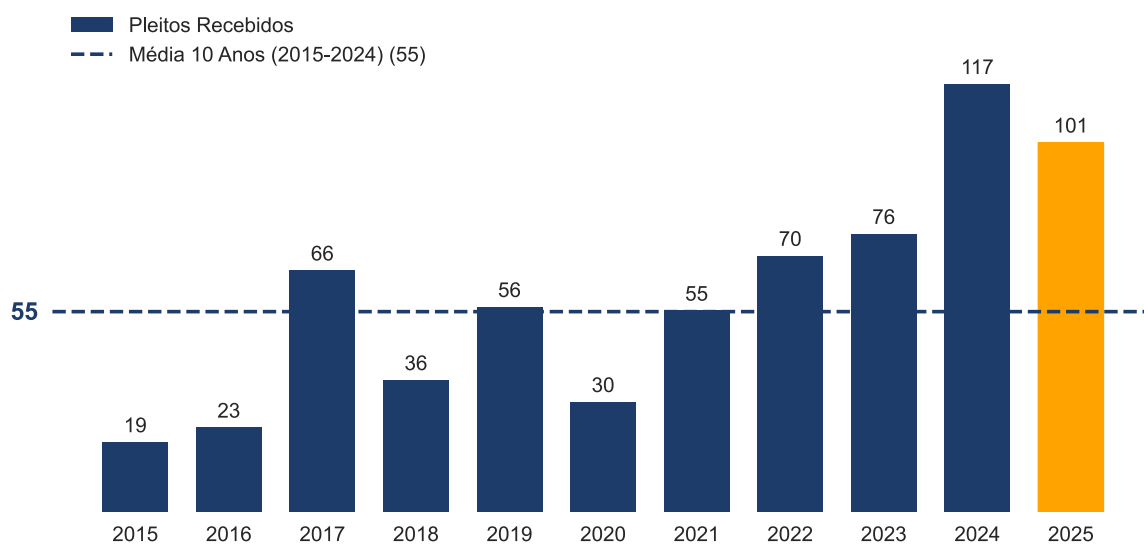
Dados em: unidade e US\$ milhões.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO

4.3.3 Evolução dos Pleitos Recebidos

Em consonância com a diretriz de aprimoramento da transparência no processo de autorização de financiamentos externos, o ano de 2025 registrou um número significativo de pleitos de operações de crédito externo submetidos à apreciação da Coflex. No total, foram contabilizados 101 pleitos, o que corresponde a aproximadamente 1,8 vezes a média de 55 pleitos recebidos no intervalo temporal compreendido entre 2015 e 2024, conforme destacado no gráfico subsequente.

GRÁFICO 3 – Evolução do número de pleitos recebidos, conforme a data mais recente de recebimento



Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.4 Análise Informativa dos Pleitos Autorizados pela Cofex em 2025

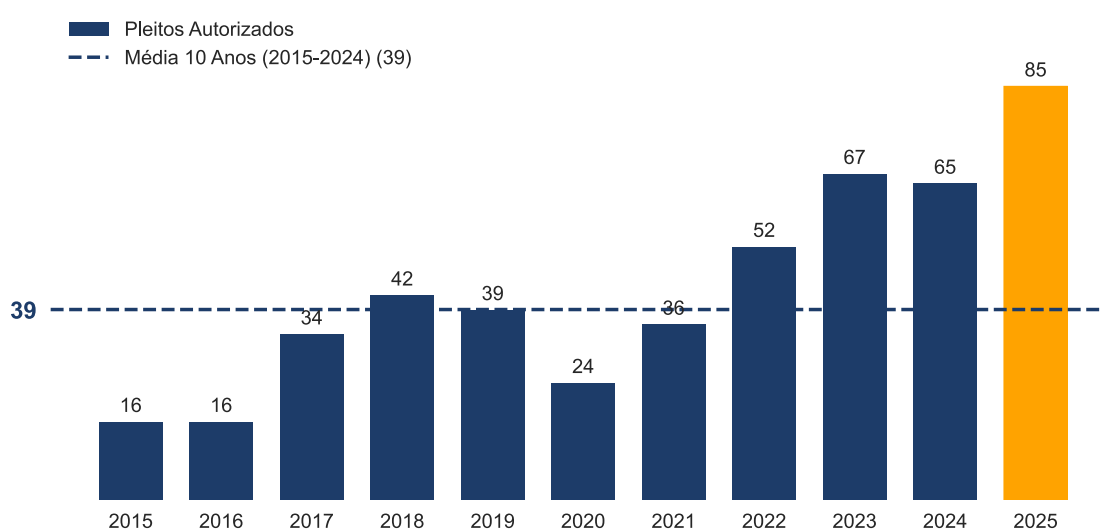
Apresenta-se, nesta seção, uma análise informativa dos pleitos de operações de crédito externo autorizados pela Cofex em 2025, com síntese da evolução do volume e do montante financeiro autorizado e de sua distribuição por critérios institucionais, federativos, territoriais e setoriais. Registra-se que, em razão de alterações possíveis ao longo do ciclo de vida das operações, podem ocorrer diferenças pontuais em relação aos valores divulgados em anuários de exercícios anteriores.

4.4.1 Recorde de Pleitos Autorizados

No ano de 2025, a Cofex autorizou um total de 85 pleitos de operações de crédito externo, consolidando esse exercício como o ano de maior volume de autorizações na série histórica analisada. Esse quantitativo representa um crescimento significativo de 117,9% em relação à média de 39 pleitos autorizados no intervalo temporal compreendido entre 2015

e 2024 e de 30,8% em relação aos 65 pleitos autorizados em 2024. Observa-se, na série analisada, uma trajetória de crescimento consistente no número de autorizações concedidas, destacando-se os anos mais recentes como aqueles de maior concentração de pleitos autorizados. Esse cenário reflete tanto o aumento da demanda por operações de crédito externo quanto o aprimoramento da eficiência dos processos de avaliação e autorização conduzidos pela Cofix.

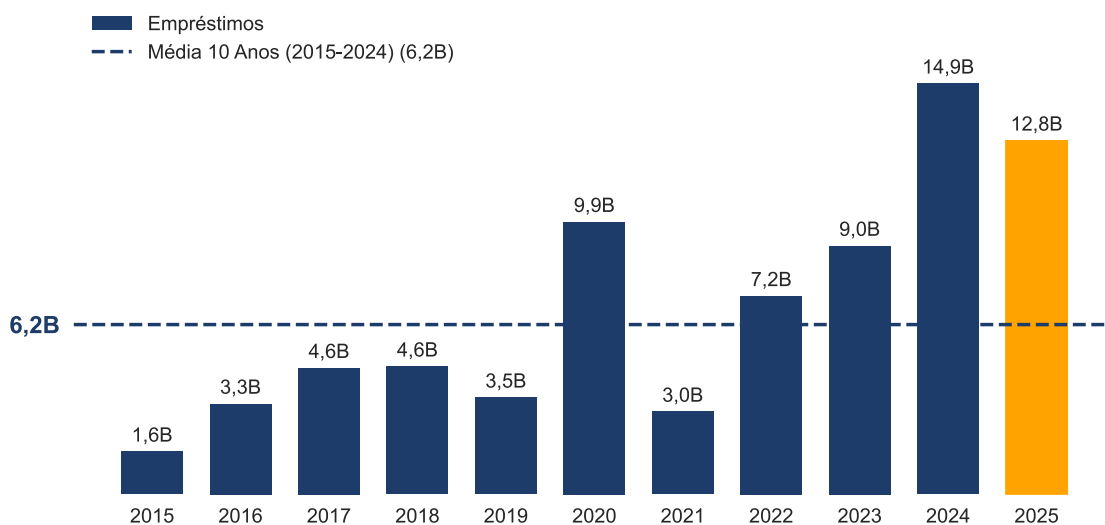
GRÁFICO 4 – Evolução do número de pleitos autorizados pela Cofix, conforme a data de autorização



Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Com relação ao montante financeiro, no exercício de 2025, a Cofix autorizou US\$ 12,8 bilhões em operações de crédito externo, configurando-se como um dos períodos de valor mais elevado registrados nos últimos anos. Esse montante foi aproximadamente 2,1 vezes superior à média de US\$ 6,2 bilhões apurada no intervalo temporal compreendido entre 2015 e 2024 e reafirmou a trajetória de crescimento observada ao longo do período. Esse incremento no volume de autorizações observado nos últimos anos evidencia o compromisso estratégico da Cofix em fomentar projetos de relevância nacional, impulsionando o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento econômico, sem acarretar risco adicional de deterioração fiscal. Tal segurança decorre do fato de que os limites estabelecidos para as operações de crédito externo são definidos pelo Tesouro Nacional, com base em análises criteriosas do cenário fiscal, a fim de preservar a sustentabilidade das contas públicas.

GRÁFICO 5 – Evolução do montante financeiro dos projetos autorizados pela Cofix, conforme a sua data de autorização



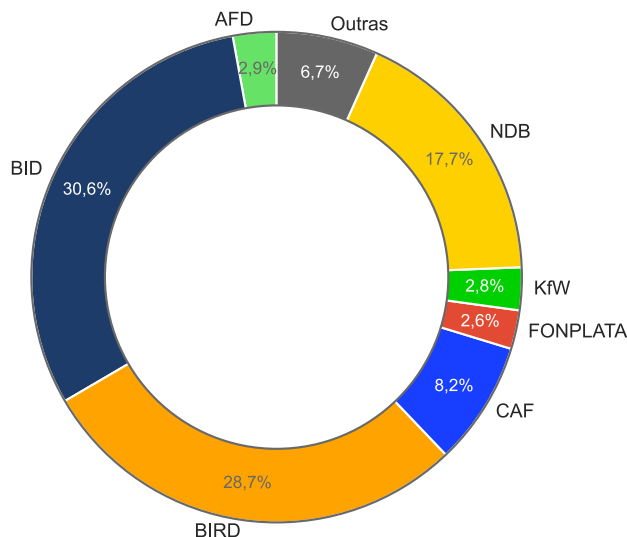
Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.4.2 Fontes de Financiamento

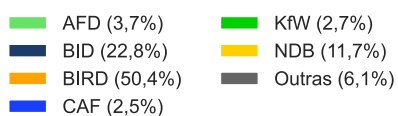
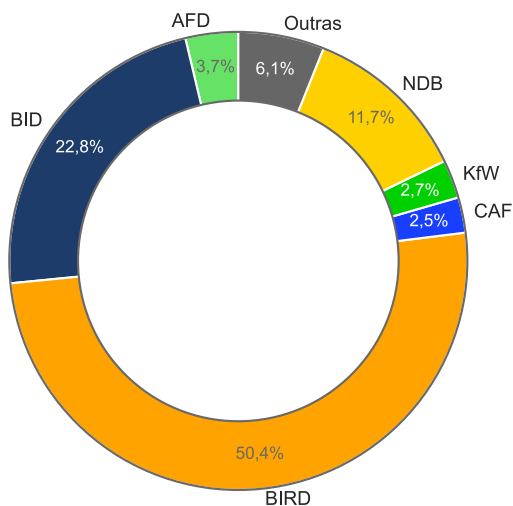
Para uma compreensão mais aprofundada das tendências que sustentam essa trajetória de crescimento, procede-se ao exame detalhado das características da distribuição dos financiamentos externos autorizados. O gráfico subsequente apresenta essa distribuição segmentada por fonte de financiamento, evidenciando a predominância de determinados agentes no apoio às operações autorizadas pela Cofix. Nesse contexto, destacam-se o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, de forma consistente, se posicionam como as principais fontes de financiamento.

GRÁFICO 6 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por fonte de financiamento

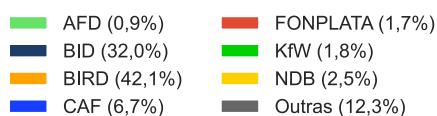
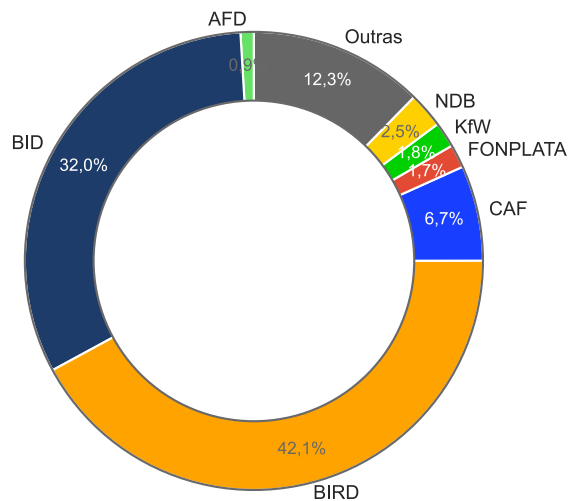
Média 10 Anos (2015-2024)



2024



2025

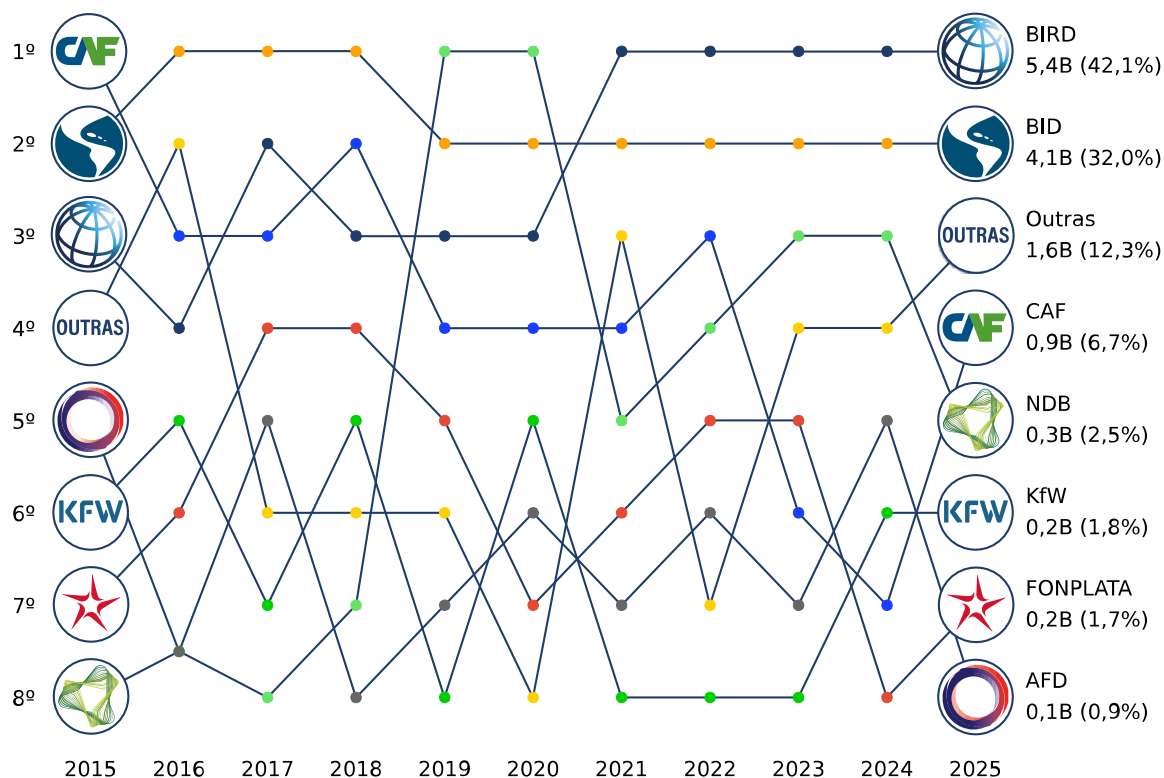


Dados em: percentual dos valores totais de financiamentos autorizados.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Para um maior detalhamento da análise das fontes de financiamento, o gráfico subsequente apresenta a classificação dos principais agentes financeiros, organizada em ordem decrescente do montante de financiamentos externos autorizados ao longo do período compreendido entre 2015 e 2025.

GRÁFICO 7 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por fonte de financiamento

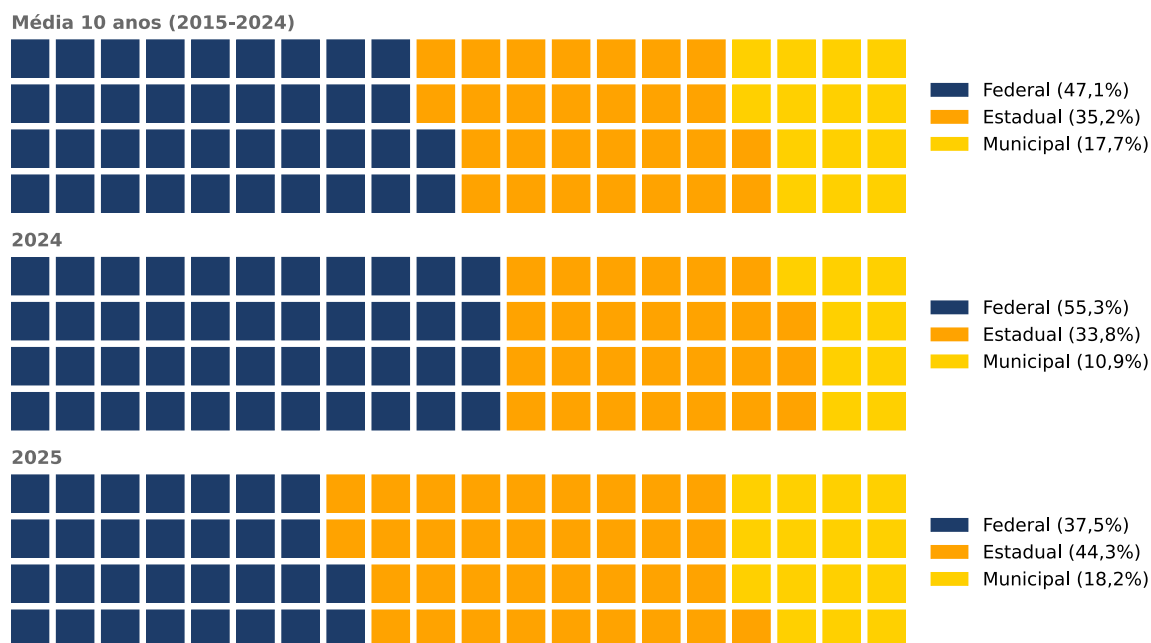


Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.4.3 Entes Federativos

Em relação à distribuição dos financiamentos externos autorizados entre os entes federativos, conforme ilustrado no gráfico subsequente, observa-se que, em 2025, predominou a esfera estadual, que representou 44,3% do total de recursos autorizados. Em seguida, figurou a esfera federal, com 37,5%, e, por fim, a esfera municipal, responsável por 18,2%.

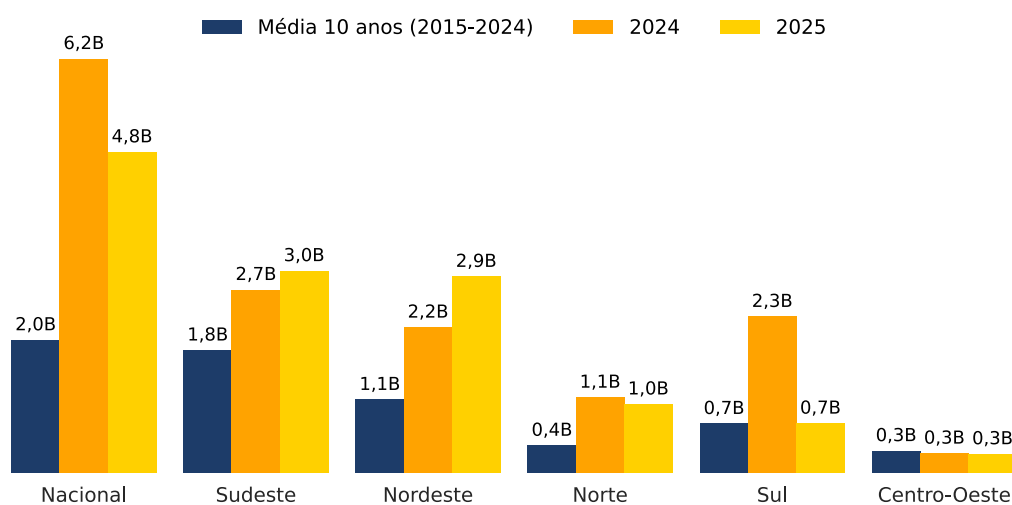
GRÁFICO 8 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos, conforme a sua data de autorização



4.4.4 Regiões

No que concerne aos aspectos geográficos, o gráfico subsequente ilustra a distribuição dos financiamentos externos autorizados entre as diversas regiões do país. Em âmbito nacional, o valor total autorizado pela Cofix em 2025 alcançou US\$ 4,8 bilhões, correspondendo a 37,5% do total financeiro do ano. Em termos de alocação regional, as regiões, ordenadas pelo montante autorizado, são as seguintes: Sudeste, US\$ 3,0 bilhões (23,6%); Nordeste, US\$ 2,9 bilhões (22,9%); Norte, US\$ 1,0 bilhão (8,0%); Sul, US\$ 0,7 bilhão (5,8%); Centro-Oeste, US\$ 0,3 bilhão (2,2%).

GRÁFICO 9 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre regiões

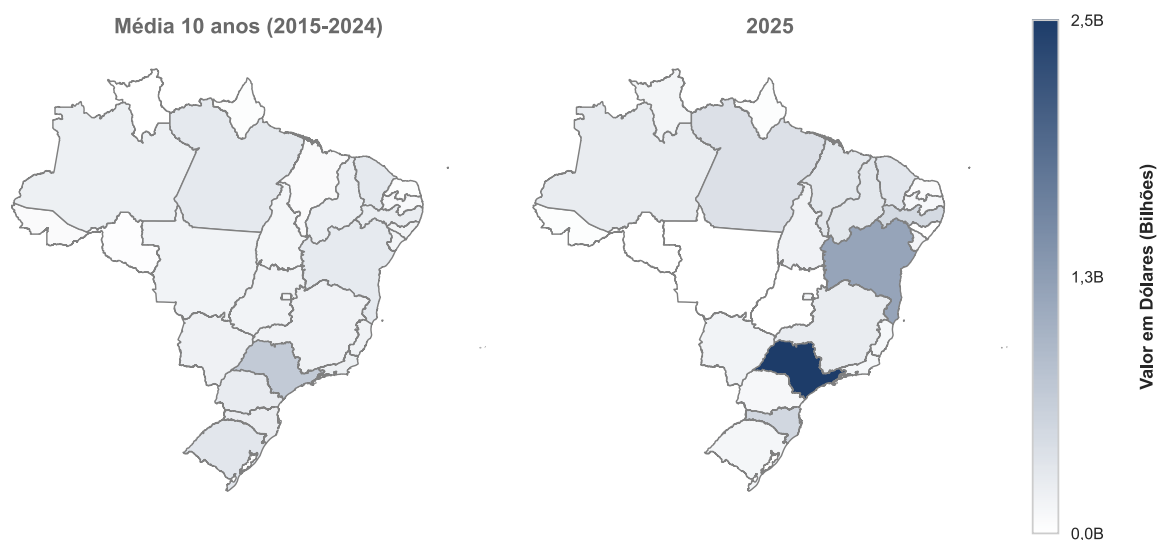


Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.4.5 Unidades Federativas

O gráfico subsequente ilustra a distribuição dos financiamentos externos autorizados pela Cofix entre as unidades federativas do Brasil, excluindo-se os de abrangência federal. A análise compara a média dos recursos autorizados nos últimos 10 anos (2015-2024) com o montante autorizado especificamente para o ano de 2025. Consta-se que, nesse ano, a concentração de recursos foi significativamente mais acentuada em algumas unidades federativas, com destaque para o Estado de São Paulo (SP), pertencente à região Sudeste, que registrou o maior volume autorizado, alcançando a expressiva cifra de US\$ 2,5 bilhões, correspondendo a 19,8% do total autorizado no ano.

GRÁFICO 10 – Distribuição de financiamentos externos autorizados entre unidades federativas, conforme a data de autorização

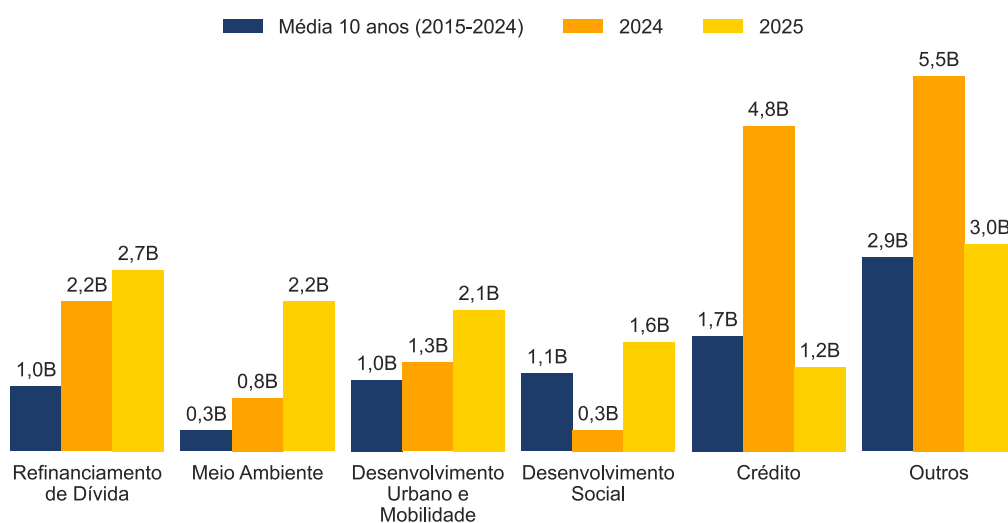


Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.4.6 Setores

Do ponto de vista setorial, o gráfico subsequente apresenta a distribuição dos financiamentos externos autorizados de acordo com o setor de atuação. No exercício de 2025, destaca-se, em especial, o setor de Refinanciamento de Dívida, que concentrou um montante de US\$ 2,7 bilhões, correspondente a 20,8% do total de recursos autorizados no ano. Na sequência, em ordem decrescente de montante de recursos autorizados em 2025, sobressaem: Meio Ambiente, com US\$ 2,2 bilhões (17,1%); Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, com US\$ 2,1 bilhões (16,2%); Desenvolvimento Social, com US\$ 1,6 bilhão (12,5%); Crédito, com US\$ 1,2 bilhão (9,6%); P&D e Inovação, com US\$ 1,0 bilhão (7,6%); Fortalecimento Institucional, com US\$ 0,8 bilhão (6,0%); Logística e Transporte, com US\$ 0,7 bilhão (5,2%); Energia, com US\$ 0,2 bilhão (1,9%); Saneamento Básico, com US\$ 0,2 bilhão (1,4%); Agricultura, com US\$ 0,2 bilhão (1,3%); Segurança Pública, com US\$ 0,0 bilhão (0,4%).

GRÁFICO 11 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por setor



Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.5 Negociações Contratuais

A SEAID coordena o processo de negociação contratual entre o agente financeiro, a União e o proponente do programa ou projeto cuja preparação foi autorizada pela Cofex, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017 (art. 4º, § 1º). Uma vez elaboradas, as minutas contratuais são submetidas à Secretaria para negociação. O intervalo médio entre a autorização da Cofex e o início da negociação pela SEAID tem variado de seis meses a um ano, período durante o qual o projeto ou programa é preparado pelo proponente e pela instituição financeira. A negociação, conduzida pela SEAID, envolve duas etapas fundamentais:

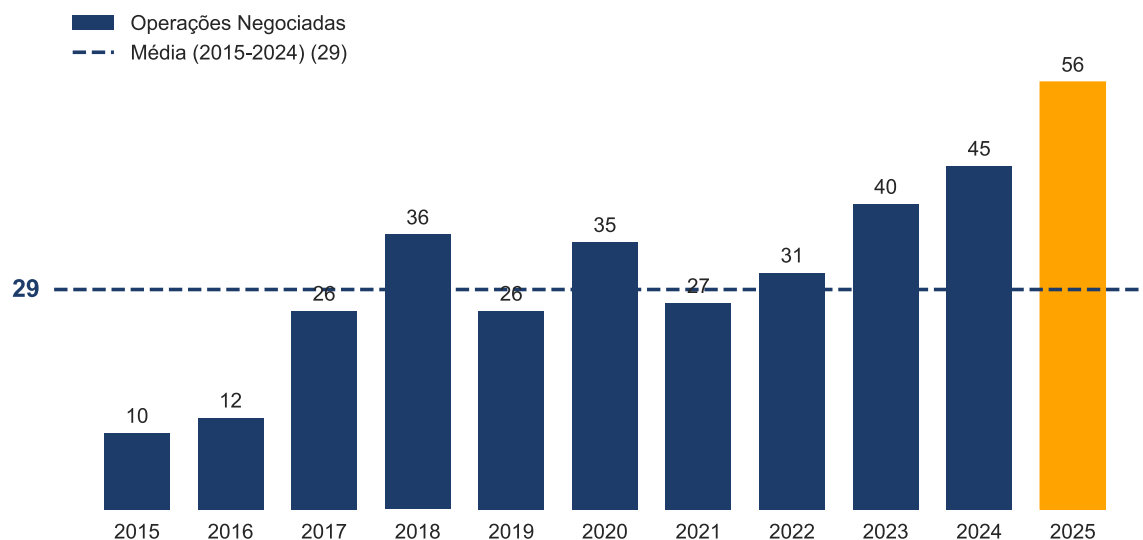
- **Reunião Preparatória (“pré-negociação”):** na “pré-negociação”, participam representantes do proponente e do governo federal, incluindo SEAID, PGFN e STN. Essa reunião visa alinhar questões prévias, a fim de preparar as partes para a reunião de negociação propriamente dita.
- **Reunião de Negociação:** a reunião de negociação, que conta com a participação do agente financeiro externo, é o espaço principal em que são discutidas e acordadas dúvidas e eventuais inadequações contratuais. Esse processo é essencial para

assegurar a efetividade e o alinhamento entre as partes envolvidas. Ao longo desse processo, a SEAID conta com a colaboração da STN, que realiza análise detalhada das cláusulas financeiras do contrato, e da PGFN, que se concentra na avaliação dos aspectos jurídicos e na verificação da legalidade do instrumento.

A colaboração contínua entre essas secretarias ao longo das negociações propicia uma abordagem integrada, abrangendo tanto os aspectos financeiros quanto os jurídicos do contrato. O principal objetivo é garantir que o contrato de financiamento externo seja não apenas robusto e legalmente sólido, mas também esteja alinhado com os critérios de sustentabilidade financeira, responsabilidade ambiental, inovação e inclusão social, conforme estabelecido na [Resolução Normativa Coflex nº 1, de 22 de novembro de 2024](#).

Em termos de atividade, a série histórica compreendida entre 2015 e 2025 evidencia uma tendência ascendente no número de negociações realizadas, alcançando, em 2025, o total de 56 negociações, o maior quantitativo registrado no período analisado. Tal desempenho revela uma dinâmica consistente de expansão, reforçando perspectivas favoráveis para a evolução das atividades de negociação nos exercícios subsequentes.

GRÁFICO 12 – Evolução do número de negociações contratuais



Dados em: unidade.
 Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

TABELA 2 – Negociações contratuais em 2025 por fontes de financiamento

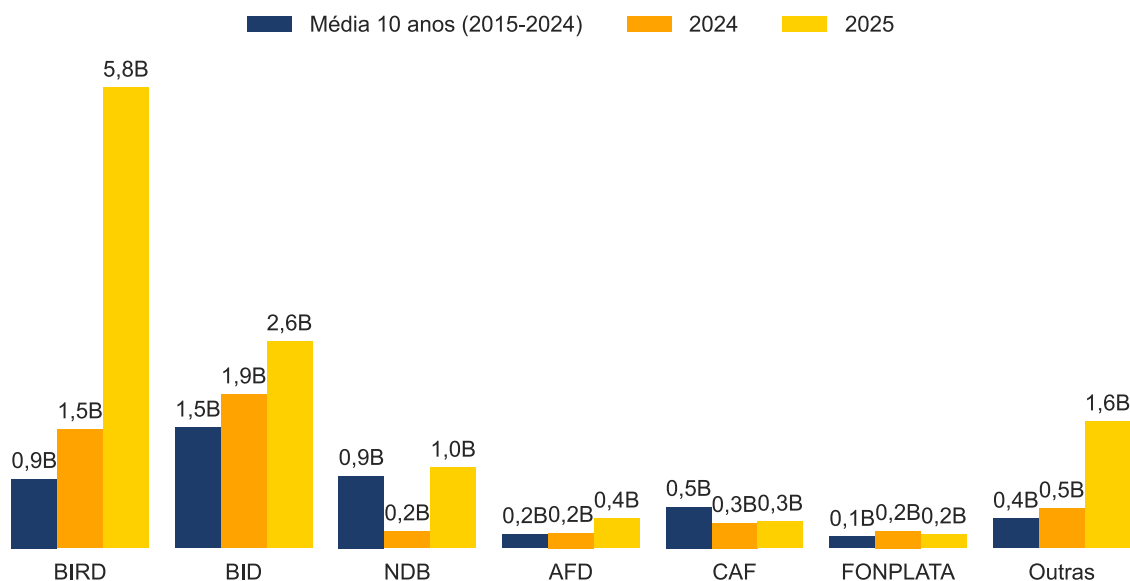
Fonte	Número de Negociações	Valor de Empréstimo Negociado	Valor Médio por Contrato
BIRD	22	5.841,4	265,5
BID	14	2.622,6	187,3
AIIB	4	1.440,5	360,1
NDB	4	1.020,0	255,0
AFD	2	375,0	187,5
CAF	4	336,0	84,0
FONPLATA	4	174,0	43,5
AECID	1	92,0	92,0
GCF	1	75,0	75,0
Total	56	11.976,6	213,9

Dados em: unidade e US\$ milhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.5.1 Fontes de Financiamento

O gráfico subsequente apresenta a distribuição das negociações por fonte de financiamento, considerando o valor de empréstimo associado às operações negociadas no período analisado. Observa-se que parcela significativa do montante financeiro negociado se concentra em determinados agentes, com destaque recorrente para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que figuram entre as principais fontes em termos de participação no volume total negociado. Ressalta-se, contudo, que essa predominância se refere ao comportamento agregado da série e não exclui a relevância das demais instituições, cuja participação varia conforme o perfil dos projetos, as condições das operações e as estratégias de financiamento adotadas pelos proponentes.

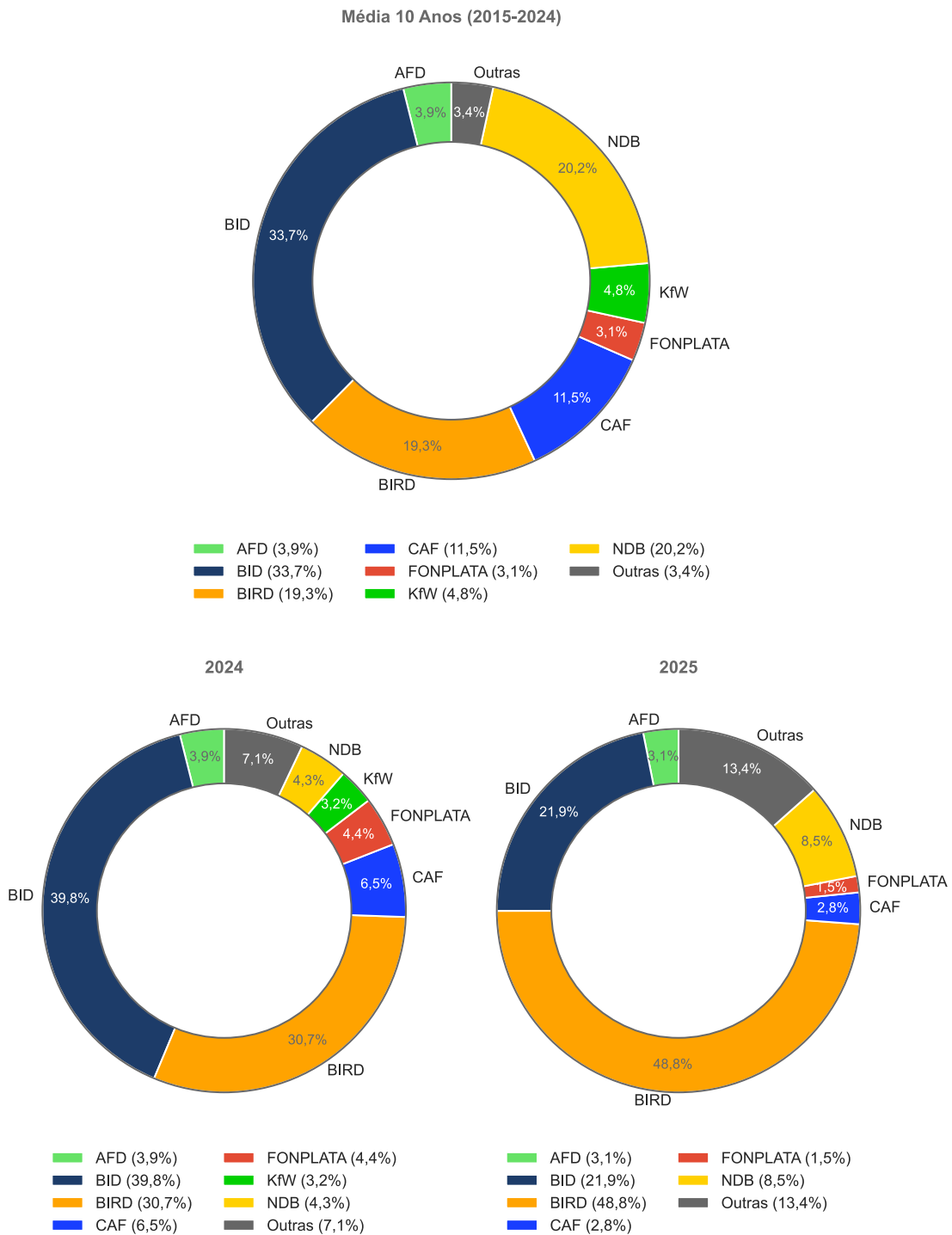
GRÁFICO 13 – Comparativo das operações negociadas por fonte de financiamento



Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Para aprofundar a leitura comparativa das fontes de financiamento no contexto das operações negociadas, o gráfico subsequente apresenta a participação percentual de cada fonte no montante total de recursos negociados, em três recortes de referência: a média do período 2015–2024, o resultado observado em 2024 e o resultado observado em 2025. Destaca-se que as variações entre os recortes refletem mudanças na composição e no porte das operações negociadas em cada ano, não se prestando, isoladamente, a inferências sobre tendência estrutural ou preferência permanente por determinadas fontes.

GRÁFICO 14 – Distribuição das operações negociadas por fonte de financiamento



Dados em: percentual dos valores totais de operações negociadas.
 Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6 Projetos em Curso

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à carteira ativa vigente de projetos em execução, às alterações contratuais e às revisões de carteira de projetos realizadas.

4.6.1 Aditivos Contratuais

Por intermédio do Presidente da Cofex e do Grupo Técnico (GTEC), a Comissão procede à análise e avaliação de solicitações de alterações em programas e projetos, bem como em instrumentos contratuais a eles vinculados, abrangendo modificações técnicas, prorrogações de prazos de desembolso e cancelamentos de recursos, entre outros. No exercício de 2025, foram realizadas oito reuniões do GTEC-Execução, nas quais foram avaliados 61 pleitos para fins de alteração, conforme detalhado na tabela a seguir.

TABELA 3 – Pleitos submetidos à deliberação do Presidente da Cofex e à apreciação do GTEC, por fonte de financiamento

Fonte	Média 10 anos	2024	2025
BID	31	19	20
BIRD	13	9	17
CAF	7	8	8
NDB	2	0	7
FONPLATA	2	3	4
AFD	2	1	3
Outras	22	8	2
Total	79	48	61

Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6.2 Revisões de Carteira

As revisões de carteira de programas e projetos autorizados pela Cofex constituem reuniões organizadas por agências internacionais de desenvolvimento, com a participação de membros da Cofex, notadamente da SEID, e dos mutuários. O objetivo central desses encontros é avaliar a carteira de iniciativas em execução. Durante tais reuniões, discute-se o desempenho dos projetos em curso, com a identificação de entraves e a proposição de soluções voltadas ao aprimoramento de sua implementação.

Essas revisões configuram etapa fundamental tanto para o acompanhamento contínuo da carteira em execução quanto para a disseminação de conhecimento acerca de boas práticas, que enriquecem e orientam o processo de concepção e de preparação de novos projetos. A figura subsequente ilustra uma revisão de carteira realizada em 2025 pelo CAF.

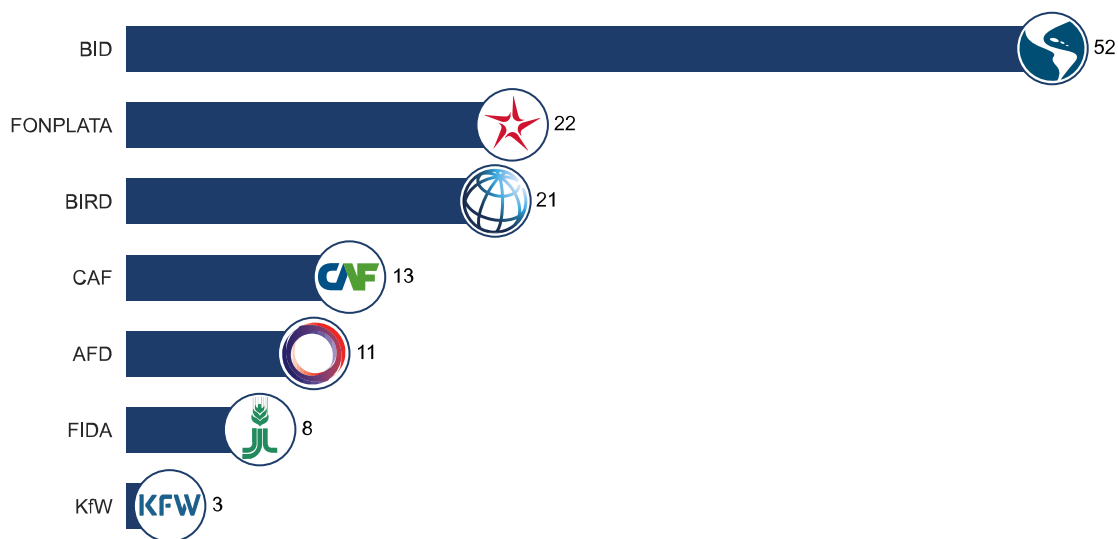
FIGURA 14 – **Revisão de carteira de projetos do CAF**



Fonte: MPO.

No exercício de 2025, foram realizados oito eventos de revisão de carteira, nos quais foram avaliados 130 projetos. O gráfico a seguir detalha o quantitativo de projetos revisados por agente financeiro.

GRÁFICO 15 – Número de projetos revisados em 2025 por agente financeiro

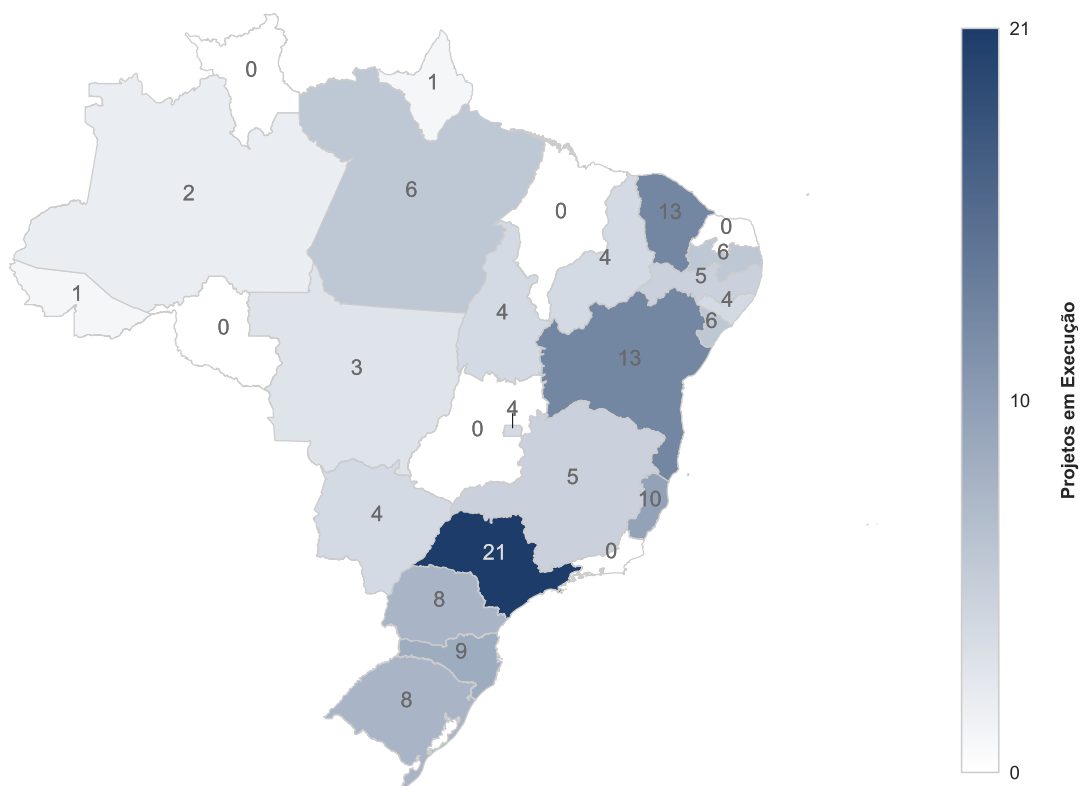


Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6.3 Projetos em Execução

No exercício de 2025, registram-se 154 operações de crédito externo, correspondentes a 148 projetos e programas atualmente em fase de execução. Dentre esse conjunto de iniciativas, 11 projetos estão vinculados ao âmbito federal, enquanto 137 abrangem os demais entes federativos. Nesse contexto, merecem destaque os Estados de São Paulo, Bahia e Ceará, que apresentam a maior concentração de projetos em execução, com 21, 13 e 13 iniciativas, respectivamente. Tais projetos correspondem a montantes de investimento estimados em US\$ 2,9 bilhões; US\$ 1,4 bilhão; e US\$ 1,4 bilhão, evidenciando a relevância desses entes federativos no desenvolvimento de ações estratégicas de impacto regional e nacional.

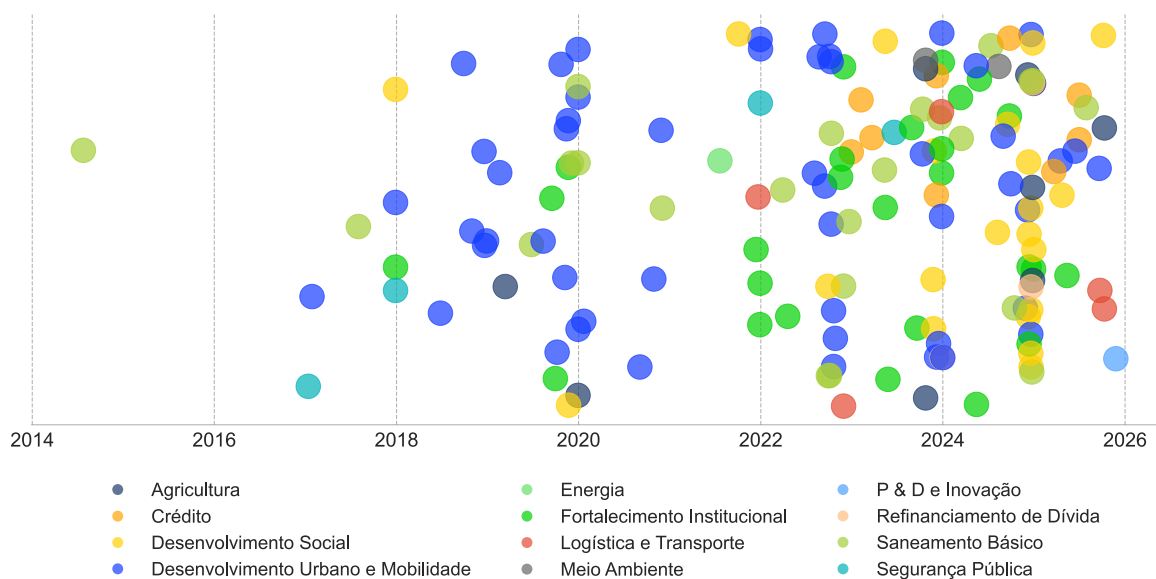
GRÁFICO 16 – **Projetos de abrangência Estadual ou Municipal em fase de execução por unidade federativa**



Dados em: unidade.
 Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

As datas de assinatura dos contratos que compõem o conjunto de projetos atualmente em fase de execução encontram-se representadas no gráfico subsequente. Constata-se que tais instrumentos contratuais foram formalizados a partir de 2014, sendo o mais antigo, ainda em vigor, datado de 25 de julho de 2014, enquanto o mais recente foi firmado em 25 de novembro de 2025. Essa amplitude temporal evidencia a coexistência de projetos em diferentes estágios de implementação, refletindo tanto a natureza de longo prazo típica das operações de crédito externo quanto a necessidade de acompanhamento contínuo da carteira ativa, de modo a assegurar a efetividade das operações.

GRÁFICO 17 – Data de assinatura dos projetos atualmente em fase de execução



Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Com o propósito de ampliar o impacto dos projetos com financiamento externo, a SEAID tem participado de missões de supervisão e apoio à implementação realizadas por agentes financeiros externos, inclusive durante a fase de execução dos projetos. Essa atuação reflete o interesse em assegurar que os recursos externos se traduzam em resultados efetivos de desenvolvimento para o Brasil. A figura subsequente ilustra a [missão realizada, em 2025, a seis municípios do Estado de Santa Catarina](#), Joinville, Itajaí, Brusque, Blumenau, São José e Criciúma, ocasião em que foram realizadas visitas a obras financiadas pelo FONPLATA.

FIGURA 15 – Missão da SUFIN/SEAID a projetos financiados pelo FONPLATA em municípios de Santa Catarina



Fonte: MPO.

4.7 Projetos em Destaque: Resultados Transformadores

Com o objetivo de evidenciar como o financiamento externo tem se traduzido em entregas e benefícios tangíveis para a sociedade, esta seção apresenta um conjunto selecionado de programas e projetos com resultados transformadores, cuja execução foi concluída em 2024 ou 2025, ou cuja conclusão esteja prevista para 2025 ou 2026.

A seleção decorre de consulta conduzida pela SEAID com os agentes financiadores externos, que indicaram iniciativas reconhecidas por impactos relevantes e perceptíveis em diferentes temáticas de políticas públicas, tais como mobilidade urbana e transporte público, saneamento e drenagem urbana, desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade fiscal e gestão pública, agendas ambientais e climáticas (incluindo recuperação e proteção ambiental) e saúde, entre outras, bem como por sua capacidade de produzir melhorias duradouras na qualidade de vida da população e de fortalecer capacidades institucionais.

Observa-se, ainda, a diversidade territorial das experiências destacadas, contemplando projetos implementados em distintas regiões do país e refletindo a amplitude do

financiamento externo como instrumento de apoio ao desenvolvimento. Na sequência, apresentam-se os programas e projetos indicados, com síntese de seus objetivos, intervenções realizadas e principais resultados alcançados.

4.7.1 Projeto do Sistema de Transporte de Ônibus da Região Metropolitana de Belém (Projeto AÇÃO METRÓPOLE - 2ª etapa)

MUTUÁRIO

Estado do Pará.

AGENTE EXTERNO

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

OBJETIVOS

Desenvolvimento do sistema de transporte por ônibus tronco.

DESCRIÇÃO

Problema: A região metropolitana de Belém (Pará) apresentou crescimento populacional e aumento da renda média, o que impulsionou a frota de veículos: taxa anual de 7% para automóveis e 5% para motorização. Com cerca de 2 milhões de habitantes (2010), a expansão urbana avançou até Ananindeua, agravando congestionamentos nas vias arteriais devido ao aumento de ônibus e carros. Projeções indicavam que, mantendo-se essas taxas, o tráfego seria 1,5 vez maior até 2025.

O transporte público dependia exclusivamente de ônibus, responsáveis por mais de 75% dos deslocamentos nos horários de pico. Em 2009, a velocidade média caiu para 16 km/h, reflexo da falta de integração operacional e do crescimento do uso de automóveis.

Embora os níveis de NO_x, CO₂ e partículas estivessem abaixo dos padrões nacionais, estimava-se aumento de 1,5 a 1,8 vezes até 2017, com concentrações elevadas nas vias mais congestionadas. A poluição veicular tornou-se preocupação central, exigindo medidas para mitigar impactos ambientais.

Solução: O desenvolvimento de um sistema de transporte rodoviário por ônibus ajudaria a aliviar o congestionamento do trânsito e reduzir a poluição do ar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e para a mitigação das mudanças climáticas.

AÇÕES REALIZADAS

- Construção de faixas exclusivas para ônibus, melhoria das vias gerais para veículos;
- Construção de terminais rodoviários, pontos de ônibus, passarelas e centros operacionais;
- Melhoria da rede de tubulação de drenagem.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Alívio do congestionamento do tráfego;
- Redução do tempo de viagem;
- Mitigação da poluição atmosférica.

FIGURA 16 – **BRT Belém**



Fonte: JICA.

FIGURA 17 – **Centro de Controle Operacional (CCO)**



Fonte: JICA.

4.7.2 Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia – Pró-Semiárido (PSA)

MUTUÁRIO

Estado da Bahia.

AGENTE EXTERNO

Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

OBJETIVOS

O objetivo geral é contribuir para a redução da pobreza rural de forma duradoura através do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o desenvolvimento do capital humano e social. Os objetivos específicos abrangem: melhorar o desempenho produtivo das unidades familiares rurais; apoiar e fortalecer as principais cadeias produtivas da agricultura familiar; estimular o desenvolvimento de capacidades e a organização social das comunidades; reforçar a gestão sustentável dos recursos naturais, com tecnologias de convivência com o Semiárido; promover a equidade de gênero e geração, priorizando mulheres e jovens.

DESCRIÇÃO

O Pró-Semiárido é um projeto do Governo da Bahia financiado pelo FIDA, executado pela CAR/SDR desde 2014, que atuou em 32 municípios, abrangendo aproximadamente 15% do território da Bahia, e beneficiando diretamente 75.049 famílias, incluindo 41.992 mulheres e 20.572 jovens. Sua estratégia combina:

- **Assessoria Técnica Contínua (ATC)** – democratização do acesso ao conhecimento;
- **Financiamento de investimentos produtivos** – quintais agroecológicos, caprinovincultura, avicultura e outras atividades;
- **Fortalecimento organizacional** – cooperativas, agroindústrias, cozinhas comunitárias e estruturas de comercialização.

Problemas:

- Elevados índices de pobreza rural e vulnerabilidade socioeconômica no Semiárido baiano;
- Baixa produtividade agropecuária, dificuldades de acesso à água, tecnologia e mercados;

- Deficiências estruturais nas organizações econômicas e nos empreendimentos produtivos;
- Insegurança alimentar e nutricional em diversas comunidades tradicionais, especialmente mulheres e jovens.

Soluções: O Projeto estruturou uma intervenção integrada, combinando:

- Assessoria Técnica Contínua para fortalecer capacidades produtivas e sociais;
- Investimentos produtivos e ambientais, totalizando mais de US\$ 101,3 milhões – sendo US\$ 41,2 milhões (FIDA), US\$ 50 milhões (Governo da Bahia) e US\$ 10 milhões (contrapartidas de beneficiários);
- Fortalecimento de 65 empreendimentos (agroindústrias, cozinhas, quiosques, empórios e armazéns);
- Financiamento de 466 Grupos de Interesse (GI), beneficiando 16.790 famílias com assessoria técnica;
- Apoio à regularização sanitária e ambiental, certificações e acesso a mercados.

AÇÕES REALIZADAS

1. Assessoria Técnica Contínua e Planejamento Participativo

- Formação de 466 Grupos de Interesse, envolvendo 7.590 mulheres e 1.697 jovens;
- Atuação em mais de 10 cadeias produtivas, com destaque para caprinovinocultura, quintais agroecológicos e avicultura;
- Elaboração de planos de desenvolvimento e investimento com participação direta das famílias.

2. Investimentos Produtivos e Ambientais

- Mais de R\$ 49 milhões investidos em sistemas produtivos comunitários;
- Ampliação da produção diversificada para autoconsumo e geração de renda;
- Implantação de tecnologias sustentáveis: gestão da água, energia, agrobiodiversidade, apicultura, extrativismo.
- Fortalecimento das sementes crioulas, por meio do apoio a casas e bancos comunitários de sementes, formações em manejo e incentivo às trocas comunitárias, ampliando a autonomia produtiva e a resiliência das famílias;

- Regularização Fundiária e Ambiental: 13.491 beneficiários foram atendidos com a emissão do CEFIR - Cadastro Florestal Rural de Imóveis Ambientais, 350 Cadastros Georreferenciados de Áreas Individuais e 19 Cadastros georreferenciados de Áreas Coletivas de Fundo de Pasto, assegurando segurança jurídica, acesso às políticas públicas e conformidade ambiental.

3. Fortalecimento de Organizações Econômicas

- 65 empreendimentos agroindustriais beneficiados com R\$ 25,5 milhões em obras civis e equipamentos;
- 3.340 pessoas beneficiadas diretamente, sendo 55% mulheres;
- 59 produtos certificados via Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

4. Acesso a Mercados

- Criação da rede “Semiárido Forte” e fortalecimento de cooperativas;
- Construção do Empório da Agricultura Familiar (Senhor do Bonfim) e do Armazém da Caatinga (Juazeiro);
- Mais de R\$ 8,7 milhões em receita bruta anual (2022) de empreendimentos apoiados.

5. Ações de Inclusão Social e Equidade

- Fortalecimento do protagonismo feminino nos quintais agroecológicos;
- Participação expressiva de comunidades tradicionais: 49% dos beneficiários (Fundo e Fecho de Pasto, Quilombolas, Indígenas etc.);
- Adoção do uso das Cadernetas Agroecológicas pelas mulheres agricultoras, fortalecendo o reconhecimento do trabalho produtivo e do autoconsumo, ampliando a autonomia econômica e valorizando o protagonismo feminino nas dinâmicas produtivas e organizativas das comunidades.

6. Ações Estruturantes Complementares

- Implementação de iniciativas como piscicultura, com 7.740 tanques-rede e assistência técnica especializada;
- Subprojeto Ponto Novo, com mais de R\$ 39 milhões investidos, garantindo segurança hídrica com a implantação do Fusegate, que ampliou em 29,4% o volume de

acumulação da barragem e beneficiou 19 mil famílias com acesso à água. A ação também viabilizou a reativação da produção irrigada nos 145 lotes e a implantação de 120 hectares irrigados adicionais, beneficiando 60 famílias dos movimentos sociais MPA e MST.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 75 mil famílias beneficiadas diretamente;
- 466 GI formados e 16.790 famílias acompanhadas com ATC;
- Aumento expressivo da produção em várias cadeias (caprinos, aves, hortas, mel, mandioca etc.);
- Ampliação e fortalecimento de 65 empreendimentos, com mais de R\$ 25,5 milhões investidos;
- 3.340 pessoas beneficiadas nas organizações econômicas, 55% mulheres;
- 59 produtos certificados sanitariamente;
- Receita anual de R\$ 8,7 milhões (2022) nos empreendimentos acompanhados;
- Estabilidade hídrica e retomada da produção irrigada em Ponto Novo;
- Fortalecimento da segurança alimentar com aumento da produção diversificada nos quintais.

FIGURAS 18 E 19 – **Projeto Pró-Semiárido**



Fonte: FIDA e UGP do Projeto Pró-Semiárido.

4.7.3 Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás

MUTUÁRIO

Estado de Goiás.

AGENTE EXTERNO

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

OBJETIVOS

Os Objetivos de Desenvolvimento do Programa foram apoiar o Estado de Goiás a: (i) melhorar a sustentabilidade fiscal; e (ii) adotar políticas inteligentes para o clima, resilientes e inclusivas para seu setor agrícola.

DESCRIÇÃO

Problemas identificados:

- Deterioração da posição fiscal: crescimento rápido de gastos com pessoal e previdência (despesas operacionais aumentaram ~5% ao ano em termos reais, 2015–2019), dívida de curto prazo com serviço elevado (8,6% da RCL vs. ~5% média dos estados), perda de elegibilidade a garantias federais desde 2017 e acumulação de atrasados (R\$ 420 milhões; 6,1% das receitas no fim de 2019, subindo para 8,1% em 2020).
- Impactos da COVID 19 agravando o estresse fiscal: altos índices de casos e óbitos (13.140 casos e 347,8 óbitos por 100.000 habitantes), aumento do desemprego (13,2% no 3º trimestre de 2020) e queda de receitas, piorando atrasados e a margem fiscal.
- Riscos de sustentabilidade ambiental do modelo de crescimento liderado pela agropecuária: forte desmatamento e degradação de terras no Cerrado (perda de >47.000 km² de vegetação primária em 20 anos; apenas ~36,5% da vegetação original remanescente), pressão contínua de desmatamento (aumento de 16% entre 2020e2021; ~10% do desmatamento anual do Cerrado) e perda de biodiversidade.
- Elevadas emissões de gases de efeito estufa associadas à agropecuária e uso da terra: historicamente, agropecuária, mudança de uso da terra e florestas respondem por >80% das emissões de GEE de Goiás; desde o fim dos anos 1990, a agropecuária é a fonte dominante (>60%), impulsionando o aumento recente das emissões.

- Vulnerabilidade climática do setor agropecuário: projeções de redução e irregularidade das precipitações e aumento de temperaturas ameaçam a produtividade e os meios de subsistência, com riscos de sanções comerciais/exportações vinculadas a produtos provenientes de áreas desmatadas.
- Lacunas de inclusão social ligadas à regularização fundiária: persistência de bolsões de pobreza em áreas urbanas e rurais e restrições à posse formal de moradia e ativos de terra, afetando especialmente pequenos produtores e mulheres.

AÇÕES REALIZADAS

Sustentabilidade fiscal e recuperação (Pilar I):

- Regra de despesa como âncora fiscal: Emendar a Constituição do Estado para adotar um teto de gastos alinhado ao RRF que limita o crescimento das despesas primárias à inflação (2022–2031), trazendo previsibilidade e freando pressões de gasto recorrente (PA#1).
- Reforma da previdência: Implementar medidas para reduzir o déficit previdenciário do serviço público, elevando as idades mínimas de aposentadoria (62 para mulheres, 65 para homens), ampliando a base de contribuição e unificando a gestão previdenciária sob a GOIASPREV; tornar a elegibilidade mais favorável às mulheres ao reduzir o tempo mínimo de contribuição para 25 anos para ambos os sexos (PA#2).
- Plano de ajuste fiscal de médio prazo: Adotar um plano crível (Decreto nº 10.013/2021) com metas para aumentar o superávit primário (até 13,8% da RCL/NCR até 2030) e reduzir os atrasados (para 5% da RCL a partir de 2023), apoiado por medidas de redução de gastos tributários, privatização de ativos estaduais, venda de ativos e reperfilamento da dívida (PA#3).
- Adesão e monitoramento ao RRF: Alinhar reformas ao Regime de Recuperação Fiscal, habilitando o acesso a garantias federais quando as metas forem cumpridas, com penalidades por descumprimento para reduzir riscos de reversão de políticas.

Agricultura inteligente em clima, resiliente e inclusiva (Pilar II):

- Plano estadual de clima para a agropecuária: Estabelecer e implementar o Plano Estadual de mitigação/adaptação e sustentabilidade na agropecuária para reduzir GEE, aumentar o sequestro de carbono e coordenar iniciativas orçamentadas de agricultura de baixo carbono lideradas pela SEAPA, alavancando PSA e outras tecnologias sustentáveis (PA#4).

- Programa de bioinsumos: Criar um ambiente favorável aos bioinsumos, registro, parcerias para produção local, capacitação, campanhas de comunicação e integração com linhas de crédito, para substituir insumos químicos e ampliar o uso de bioinsumos em ~10% ao ano, reduzindo emissões e aumentando o carbono no solo (PA#5).
- Licenciamento ambiental com foco climático: Reduzir em 15% as taxas de compensação ambiental para empreendimentos e propriedades rurais carbono-neutros; modernizar o licenciamento por meio do sistema IPÊ e metodologias de mensuração de impactos, incentivando práticas carbono-neutras e melhorando o ambiente de negócios (PA#6).
- Regularização fundiária inclusiva e ambientalmente robusta: Conceder títulos formais de terra a custo virtualmente zero para agricultores familiares vulneráveis (até 100 Ha), condicionando à conformidade com o Código Florestal (cadastrado no CAR, demarcação de reservas legais e áreas sensíveis), priorizando a titulação em nome de mulheres, e alcançar inicialmente 1.000 famílias e 24.000 Ha, com 5.000 Ha sob proteção formal (PA#7).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Sustentabilidade fiscal alcançada: O Estado de Goiás implementou com sucesso reformas fiscais no Pilar I, superando as metas de sustentabilidade fiscal. As despesas correntes como proporção da receita corrente líquida diminuíram de 98,1% em 2020 para 86,3% em 2024, superando a meta de 93,1%. O resultado primário melhorou para 4,76% da receita corrente líquida em 2024, acima da meta de 3%.
- Sucesso da reforma previdenciária: O déficit previdenciário dos servidores civis (excluindo o regime dos militares) foi reduzido para R\$ 3,37 bilhões em 2024, significativamente abaixo da meta de R\$ 4,9 bilhões. A diferença de gênero nas idades de aposentadoria para novos servidores diminuiu de 3,97 anos em 2020 para 1,64 ano em 2024, superando a meta de 3 anos.
- Crescimento da receita e expansão do investimento: A receita total aumentou 24,9% em termos reais entre 2020 e 2024, impulsionada pelo crescimento da arrecadação tributária. O investimento público expandiu de R\$ 853 milhões em 2020 para R\$ 3,9 bilhões em 2024, apoiado por medidas de consolidação fiscal.
- Projetos agropecuários de baixo carbono: O número de projetos de baixo carbono apoiados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado com financiamento concessionário aumentou de 91 em 2021 para 297 em 2024, superando a meta de 250 projetos.

- Adoção de bioinsumos: A área plantada com bioinsumos aumentou de 300.000 hectares em 2021 para 580.533 hectares em 2024, superando a meta de 400.000 hectares. Em outubro de 2025, essa área se expandiu ainda mais para 1.245.000 hectares.
- Incentivos à neutralidade de carbono: A parcela de acordos de compensação que se qualificam para desconto de neutralidade de carbono atingiu 80% em 2024, superando a meta de 20%. O número total de solicitações de acordos de compensação indica espaço para adoção mais ampla da política.
- Avanços na regularização fundiária: O número de famílias em terras estaduais que receberam títulos de propriedade aumentou de 214 em 2021 para 360 em 2024, estando aquém da meta de 1.000 famílias por conta dos desafios de implementação das políticas. Contudo, a proporção de títulos emitidos em nome de mulheres como proprietárias exclusivas ou compartilhadas aumentou de 34% em 2021 para 50% em 2024, atingindo a meta.
- Impacto ambiental: O desmatamento em Goiás diminuiu 48% de 2022/2023 para 2023/2024, registrando o menor nível desde 2001. O Estado também implementou programas e políticas robustas de conservação ambiental, incluindo a Estratégia Goiás Carbono Neutro e o Programa Juntos pelo Araguaia.

FIGURA 20 – Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás



Fonte: BIRD.

4.7.4 Projeto de Saneamento Integrado “Águas de Araguaína/TO”

MUTUÁRIO

Município de Araguaína – TO.

AGENTE EXTERNO

Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF).

OBJETIVOS

Contribuir para a melhoria da infraestrutura urbana, do controle de inundações e da preservação das nascentes e das áreas verdes, bem como para a implementação de áreas de lazer, incrementando a qualidade de vida da população.

DESCRIÇÃO

Durante a avaliação do Projeto, foi possível identificar que a cidade Araguaína/TO apresentava deficiências estruturais que resultavam em alagamentos recorrentes, erosão, assoreamento de cursos d'água, ocupação irregular de áreas vulneráveis e insuficiência de drenagem urbana. Além disso, havia carência de áreas verdes e de espaços públicos.

Para solucionar os problemas identificados, o Projeto estruturou uma resposta integrada, com intervenções de micro e macrodrenagem, pavimentação, contenção de cheias, implantação de parques urbanos ambientais, canalização e recuperação de córregos, além do fortalecimento institucional da gestão municipal. Um aspecto inovador do Projeto é a organização territorial das ações, distribuídas em três componentes - Neblina, Jacuba e Lontra- que correspondem às principais sub-bacias hidrográficas do município.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de duas das maiores obras de mobilidade urbana do Estado de Tocantins: Via Norte – R\$ 38,5 milhões (concluída) e Av. Siqueira Campos – R\$ 70,4 milhões (em execução, 1ª etapa concluída).
- Melhoria da mobilidade, com 77 km de vias pavimentadas e 7 km de ciclovias.
- Eliminação de 10 pontos críticos de inundação previamente identificados, reduzindo a vulnerabilidade urbana a alagamentos.

- Reforço da capacidade de controle de cheias, com implantação de bacias de retenção com capacidade para 32 mil m³.
- Aprimoramento do escoamento pluvial, com aproximadamente 4 km de macrodrenagem e 93 km de microdrenagem.
- Avanços na recuperação ambiental, com manejo de mais de 130 nascentes, recuperação de 48 hectares de áreas de preservação e eliminação de lançamentos irregulares de esgoto.

FIGURA 21 – **Via Norte**



Fonte: CAF.

FIGURA 22 – **Avenida Siqueira Campos**



Fonte: CAF.

4.7.5 Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma/SC

MUTUÁRIO

Município de Criciúma - SC.

AGENTE EXTERNO

Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é contribuir para tornar mais eficientes o transporte e a mobilidade urbana no município de Criciúma, em termos de qualidade, segurança viária, conforto e redução dos tempos e dos custos de deslocamento, de modo a concorrer para a melhoria da qualidade de vida da população e para a expansão da economia local, seja pela melhoria das vias, reduzindo o tempo de deslocamento, seja pela recuperação de áreas impactadas ambientalmente, por meio de urbanização e paisagismo, ampliando as opções de entretenimento e lazer para a população.

DESCRIÇÃO

O local de intervenção das obras possui 2,74 km de extensão e apresentava seção em pista simples, com duas faixas de 3,5 m de largura cada. Nas laterais, havia passeios com largura variável de 1,5 m a 3,0 m, os quais eram frequentemente utilizados para estacionamento em frente às edificações, com reflexos negativos nas condições de passagem dos veículos. O pavimento da via estava bastante deteriorado, o que implicava aumento dos custos de transporte, do tempo de deslocamento e do desconforto para os usuários. Além disso, o uso indiscriminado dos passeios para estacionamento induzia a circulação de usuários de transporte não motorizado ao lado das pistas, produzindo insegurança para pedestres e ciclistas.

AÇÕES REALIZADAS

No âmbito do projeto, houve a duplicação da Avenida Santos Dumont, no trecho compreendido entre a Av. Centenário e a Av. Imigrante Poloneses. Foi implantado binário de sentido único nas avenidas Santos Dumont e Carlos Pinto Sampaio. No cruzamento com a Rodovia Luiz Rosso, foram implantados um elevado na Av. Santos Dumont e uma passagem inferior (mergulho) na Av. Carlos Pinto Sampaio, em conexão com a Rodovia Luiz Rosso,

umentando significativamente a fluidez do tráfego. Todas as vias, tanto as principais quanto as adjacentes ao projeto, passaram por requalificação do pavimento asfáltico, além da construção de calçadas com acessibilidade e novas ciclovias em toda a sua extensão.

As obras financiadas no Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma - SC foram divididas em três etapas. A 1ª etapa teve como objeto as “Obras de implantação, pavimentação e urbanização do viário da Avenida Santos Dumont e Carlos Pinto Sampaio, correspondente à 1ª etapa do binário da Avenida Santos Dumont, localizada no Bairro São Luiz, município de Criciúma - SC”, já concluída. A 2ª etapa contemplou a construção do “Elevado da Rua Desembargador Pedro Silva com a Rod. Luiz Rosso e OAE na Rua Carlos Pinto Sampaio com a Rod. Luiz Rosso, correspondente à 2ª etapa do binário da Avenida Santos Dumont”, também já concluída. A 3ª etapa corresponde à “Revitalização das avenidas Imigrante Poloneses e Miguel Patrício de Souza (continuação do binário da Santos Dumont, lado leste, conexão com a Via Rápida), correspondente à 3ª etapa do binário da Avenida Santos Dumont”, a qual se encontra em execução, visando à conclusão integral do projeto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Essas intervenções resultaram em:

- Expressiva diminuição do trânsito na área central da cidade;
- Redução do tempo de deslocamento entre as áreas sul e norte do município;
- Maior fluidez de acesso à Rodovia BR-101;
- Maior conforto e segurança aos usuários, além da ampliação de opções para atividades físicas e transporte não motorizado, com passeios e ciclovias.

FIGURAS 23 E 24 – Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma



Fonte: FONPLATA.

4.7.6 Programa de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avança Saúde SP

MUTUÁRIO

Município de São Paulo - SP.

AGENTE EXTERNO

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OBJETIVOS

O objetivo geral do programa foi de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Município de São Paulo, por meio da ampliação do acesso e da qualidade dos serviços e para a melhoria do desempenho do sistema, consolidando a abordagem das Redes de Atenção à Saúde.

DESCRIÇÃO

Na cidade de São Paulo, o SUS foi implementado tardiamente, entre 2001 e 2003, agravando a fragmentação e fragilidade do sistema local. A expansão das estruturas municipais ocorreu sem alinhamento com as necessidades dos territórios e sem uma integração eficaz com os serviços estaduais, resultando em uma rede desarticulada, com alta demanda por atendimentos emergenciais, longas filas para exames especializados, desigualdade no acesso a leitos e um sistema de alto custo e baixa resolutividade.

Para enfrentar os desafios demográficos e epidemiológicos e as múltiplas e crescentes necessidades dos cidadãos e as fortes restrições fiscais – atuais e futuras – a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) decidiu empreender uma profunda requalificação do setor da saúde, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do “Avança Saúde”.

O Programa, estruturado em quatro componentes, buscou integrar e reorganizar os serviços em Redes de Atenção à Saúde (RAS), melhorar a eficiência, fortalecer a gestão da informação, adotar novas tecnologias e garantir avaliação contínua.

PRINCIPAIS RESULTADOS

1. Melhoria dos resultados em saúde da população

- Redução de 6,5% na taxa de mortalidade prematura por AVC em mulheres;
- Redução de 6,9% na taxa de mortalidade prematura por AVC em homens;
- Redução de 13,6% na taxa de mortalidade por doenças coronarianas;

- Redução de 31,7 dias no tempo médio de internação de pacientes com sequelas de doenças cerebrovasculares e causas externas em hospitais gerais do SUS.

2. Expansão do acesso e da cobertura

- 2.039.447 pessoas adicionais passaram a receber serviços públicos de saúde;
- Aumento de 6,8% na cobertura estimada da Atenção Primária à Saúde;
- Redução de 50 dias no tempo de espera para consulta programada em UBS nas regiões mais vulneráveis (de 80 para 30 dias).
- **Fortalecimento da rede de urgência, emergência e atenção digital**
- Aumento de 44,7% na proporção de atendimentos urgentes e emergenciais classificados por risco na Rede de Urgência e Emergência;
- Mais de 3 milhões de consultas de telemedicina realizadas desde julho de 2020.
- **Ampliação e modernização da infraestrutura de saúde**
- 350 novos leitos ativos (construção e equipagem do Hospital de Brasilândia);
- Unidades de Pronto Atendimento (UPA) construídas e equipadas;
- UPAs reformadas e equipadas;
- 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS) construídas, equipadas e mobiliadas;
- 88 UBS reformadas, equipadas e mobiliadas.
- **Transformação digital e melhoria da qualidade**
- Prontuário eletrônico unificado para 18 milhões de usuários do SUS municipal;
- 465 unidades de saúde certificadas pela ONA (Organização Nacional de Acreditação), constituindo a maior rede de serviços de saúde acreditada no mundo.

FIGURA 25 – **UBS Construída Jardim Keralux (vista aérea)**



FIGURA 26 – Sistema de Classificação de Risco



Fonte: BID.

4.8 Próximos Passos

A SEAID inicia 2026 com perspectivas positivas, ancoradas nos avanços institucionais consolidados ao longo dos últimos três anos e orientadas ao contínuo aprimoramento da governança do financiamento externo no setor público. O cenário prospectivo para o próximo exercício prioriza a ampliação da eficiência, da transparência e da previsibilidade dos processos, mediante o fortalecimento de instrumentos, sistemas e produtos voltados ao suporte técnico e à qualificação do ciclo de projetos.

Nesse contexto, em 2026, está prevista a disponibilização de novos módulos do Portal de Financiamento Externo (PFE), com expansão de funcionalidades relativas à gestão de negociações e de alterações de projetos e programas, bem como de alterações contratuais, além do registro e acompanhamento da execução de programas e projetos. Em paralelo, serão implementadas iniciativas estratégicas de disseminação de conhecimento e de fortalecimento de capacidades, incluindo o lançamento do Guia Prático para Estruturação de Projetos com Financiamento Externo, com diretrizes gerais e integração da perspectiva de gênero, a execução de Assistência Técnica especializada para apoio à elaboração de pleitos e a publicação do primeiro livro institucional da SEAID, além do avanço do Novo Painel da Coflex como ambiente integrado de consulta e divulgação de informações.

4.8.1 Novas Funcionalidades para o PFE

No exercício de 2025, além das melhorias realizadas nas funcionalidades já disponibilizadas, foram concluídos desenvolvimentos relativos a novas funcionalidades do Portal de Financiamento Externo (PFE), com implantação programada para 2026. As entregas previstas ampliarão o escopo funcional do Portal, ao incorporar recursos destinados à gestão de negociações, à formalização e ao tratamento de alterações vinculadas a projetos autorizados e a contratos firmados, bem como ao registro e ao monitoramento sistemático da execução de programas e projetos financiados com recursos externos.

A partir de 2026, o PFE prosseguirá no processo de aperfeiçoamento de funcionalidades anteriormente executadas no âmbito do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS), abrangendo o processamento de solicitações de negociação contratual e de pleitos de alteração contratual ou de projeto, além da consolidação de informações relativas ao acompanhamento da execução.

A consolidação do PFE como plataforma única, integrada e institucional fortalecerá a governança dos processos de financiamento externo, ao reduzir assimetrias informacionais, padronizar fluxos e ampliar a rastreabilidade, promovendo ganhos de eficiência, transparência e previsibilidade em todas as etapas do ciclo de programas e projetos autorizados pela Coflex.

4.8.2 Guia prático para Estruturação de Projetos com Financiamento Externo

O Guia prático para Estruturação de Projetos com Financiamento Externo, assim como a Capacitação em Financiamento Externo, constituem produtos previstos no âmbito da Cooperação Técnica firmada entre o MPO e o CAF, cujo propósito é fortalecer as capacidades de governos subnacionais liderados por mulheres para incorporar a perspectiva de gênero na formulação de programas e projetos financiados por organismos internacionais.

O material terá caráter prático e didático, funcionando como um roteiro para o processo de captação de financiamento externo por entes nacionais e subnacionais, com diretrizes específicas para a integração da perspectiva de gênero. Seu conteúdo está sendo elaborado com base nos principais normativos, orientações técnicas e boas práticas nacionais e internacionais, de forma a consolidá-lo como instrumento de referência para gestores públicos na preparação de propostas a serem submetidas à Coflex. O Guia tem como objetivo tornar

o processo de captação e tramitação de operações de crédito externo mais claro, acessível e eficiente, reunindo em um único documento orientações aplicáveis a:

- Conceitos fundamentais e bases normativas do financiamento externo;
- Fluxos institucionais e responsabilidades das instâncias envolvidas (SEAID, STN, PGFN, Senado Federal e organismos internacionais);
- Critérios de avaliação e diretrizes operacionais da Cofex;
- Boas práticas e recomendações técnicas para elaboração de pleitos consistentes e alinhados às prioridades estratégicas nacionais;
- Ferramentas e exemplos de referência para apoiar a preparação de propostas.

De forma transversal, o Guia enfatiza a importância da integração de temas estratégicos de desenvolvimento – como gênero, sustentabilidade, inclusão social e fortalecimento institucional – assegurando que programas financiados com crédito externo promovam impacto efetivo, equidade e eficiência na gestão pública. Além disso, contará com um capítulo específico dedicado a projetos estruturantes em gênero, apresentando marcos legais e normativos, aspectos técnicos e boas práticas alinhadas à temática da Cooperação.

A elaboração do Guia está sendo conduzida por consultoria especializada contratada, responsável também pela produção da apostila de apoio utilizada na edição de 2025 da capacitação e por documentos de sistematização do curso, os quais constituem insumos essenciais para a construção do material. O Guia encontra-se em fase final de revisão e design, com lançamento previsto para março de 2026, em evento alusivo ao mês das mulheres.

4.8.3 Assistência Técnica em elaboração de pleitos de financiamento externo

Em continuidade aos cursos “Mulheres na Gestão: Financiamento Externo para Políticas Públicas” (2025) e “Captação de Recursos Externos para Financiamento de Políticas Locais com Perspectiva de Gênero” (2024) – ambos voltados à ampliação da participação de lideranças femininas na formulação e gestão de projetos financiados por cooperação internacional – terá início, em 2026, a etapa de Assistência Técnica especializada para apoio à elaboração de pleitos de financiamento externo.

Esta fase integra as ações implementadas pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), em parceria com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), voltadas ao fortalecimento das capacidades institucionais de gestoras públicas e à ampliação da presença feminina em processos estratégicos de captação de recursos.

Os objetivos da Assistência Técnica incluem: i) ampliar o acesso de entes federativos liderados por mulheres ao financiamento externo; ii) oferecer apoio técnico direto para a elaboração completa de pleitos, incluindo indicadores, análise de riscos, componentes técnicos e documentação obrigatória; iii) fortalecer a atuação das gestoras como multiplicadoras de conhecimento em suas instituições; iv) apoiar a incorporação de componentes de gênero, diversidade e inclusão social nos pleitos; e v) concluir o período de apoio com um pleito tecnicamente estruturado e apto à submissão à Coflex.

A iniciativa foi direcionada às participantes das duas edições da capacitação, adotando critérios de seleção relacionados à maturidade dos projetos, alinhamento institucional, integração da perspectiva de gênero, representatividade regional, diversidade temática e conformidade com os requisitos da Coflex. Priorizou-se a participação de entes federativos com histórico de liderança feminina (prefeita, vice-prefeita, governadora ou vice-governadora).

Adicionalmente, exigiu-se a apresentação de Carta de Anuência, assinada pelo(a) representante legal do ente federativo ou autoridade delegada, formalizando a autorização para participação no processo e para o recebimento da Assistência Técnica. Ressalta-se que a iniciativa não envolve qualquer transferência de recursos financeiros aos entes participantes.

O processo seletivo foi realizado em dezembro de 2025, resultando na escolha de cinco gestoras representantes dos municípios de Chapecó, Campo Grande, São Bernardo do Campo, Salvador e Aracaju. Apesar das ações de mobilização conduzidas pelo CAF, não foram registradas candidaturas de representantes da região Norte.

Cada município contará com o apoio de um(a) consultor(a) especializado(a), a ser contratado(a) pelo CAF, durante aproximadamente cinco meses, com início previsto para janeiro de 2026 e conclusão em maio de 2026. A Assistência Técnica compreenderá encontros virtuais regulares, ao menos uma visita técnica presencial e assessoria contínua para a estruturação dos elementos técnicos requeridos para a submissão dos pleitos à Coflex. O escopo inclui atividades de orientação, capacitação prática e apoio metodológico em etapas como definição de objetivos, elaboração de indicadores, análise de riscos, construção de componentes técnicos, atendimento a normativos e incorporação da perspectiva de gênero, diversidade e inclusão.

Para março de 2026 está prevista a realização de uma oficina presencial em Brasília, reunindo as gestoras selecionadas para intercâmbio de experiências e apresentação dos avanços da Assistência Técnica. Na mesma ocasião será lançado o Guia em Financiamento Externo, também desenvolvido no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPO e o CAF.

4.8.4 Primeiro Livro da SEAID

O primeiro livro da SEAID, dedicado ao tema do financiamento externo para políticas públicas, será lançado no segundo trimestre de 2026.

A obra tem como propósito consolidar um registro qualificado sobre o papel e as contribuições do financiamento externo para o desenvolvimento do Brasil, destacando avanços alcançados em setores estratégicos, lições aprendidas, desafios ainda presentes e perspectivas para a construção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

Os capítulos do livro poderão abordar um ou mais dos seguintes eixos temáticos: Evolução normativa e institucional da Coflex; Instituições financeiras internacionais: Bancos multilaterais de desenvolvimento; Agências governamentais estrangeiras; Desafios e perspectivas econômico-financeiras; Inclusão social e direitos humanos: Acesso à saúde; Educação de qualidade; Gênero, inclusão e diversidade: Equidade de gênero e raça; Agenda verde: Preservação ambiental; Adaptação às mudanças climáticas; Energias limpas e renováveis; Segurança hídrica; Desenvolvimento urbano: Mobilidade, habitação, saneamento; Segurança pública e cidadania; Modernização e inovação: Transformação digital; Inclusão digital; Ciência, tecnologia e inovação; Integração regional: FOCEM.

Nos últimos meses de 2025, a equipe de organização do livro consultou profissionais da SEAID – servidores(as), colaboradores(as) de empresas prestadoras de serviço e estagiários(as) – para manifestação de interesse na submissão de capítulos. As versões finais dos capítulos ser entregues até março de 2026, e a fase de revisão e editoração do livro está prevista para ocorrer entre março e abril. A publicação do livro deve ser realizada até junho de 2026.

Esse livro inaugural representa um marco para a SEAID. Trata-se de uma iniciativa inédita de sistematização e divulgação do conhecimento produzido internamente sobre financiamento externo e suas múltiplas interfaces com o desenvolvimento nacional. Ao reunir análises, experiências e reflexões de diferentes áreas da Secretaria, a obra não apenas amplia a compreensão sobre o tema, mas também fortalece a capacidade institucional para orientar políticas públicas mais qualificadas pela produção de conhecimento estratégico, reafirmando o compromisso da SEAID com a inovação e a transparência.

4.8.5 Novo Painel da Coflex

O Novo Painel da Coflex consistirá no desenvolvimento e na disponibilização de um ambiente integrado, interativo e institucional de consulta e divulgação de informações, destinado a consolidar, de forma sistematizada, os dados relativos às operações de crédito externo.

A iniciativa tem por finalidade atualizar o [Painel Coflex](#), lançado em 2019, atualmente restrito às informações registradas no Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS), de modo a incorporar também as informações do PFE, com o intuito de ampliar a capacidade de acompanhamento das diversas fases do ciclo de todas as operações autorizadas pela Coflex, desde a aprovação até a negociação, a assinatura, a execução e o repagamento.

Ao centralizar estatísticas e informações essenciais sobre o financiamento externo direcionado a programas e projetos de órgãos públicos, busca-se fortalecer a transparência, a eficiência e a acessibilidade aos dados, mitigando a fragmentação informacional e consolidando a governança do processo, com vistas a ampliar a confiabilidade e a visibilidade das informações disponibilizadas, bem como a qualificar o monitoramento, o controle e a prestação de contas perante usuários institucionais, organismos internacionais parceiros e a sociedade.

Ademais, registra-se que, desde 2025, a base de dados das operações também pode ser acessada por meio do [Portal de Dados Abertos](#), reforçando a diretriz de publicidade ativa e de disseminação de informações de interesse público.

5

Perspectivas para 2026

Para 2026, está prevista a continuidade dos esforços iniciados em 2023 e aprofundados em 2024 e 2025, especialmente (i) quanto à modernização da Comissão de Financiamentos Externos, voltada a maiores impacto e alcance dos recursos externos para projetos públicos no País; (ii) quanto à melhoria da governança e da estratégia dos Bancos de Desenvolvimento de escopo regional; e, por fim, (iii) quanto a transparência, eficiência e previsibilidade do processo de pagamento de organismos internacionais de que o Brasil é membro.

No âmbito dos pagamentos a organismos internacionais, o Portal Ybi será lançado no primeiro bimestre de 2026, com a imediata migração dos pagamentos a organismos internacionais para a nova plataforma. Também estão previstas novas funções no portal, incluindo os procedimentos da recente Portaria GM/MPO nº 296/2025, para que também as análises sobre novas contribuições e aumento de compromissos sejam feitas diretamente no sistema. Além disso, a SEAID continuará oferecendo suporte técnico aos órgãos de enlace e aos organismos internacionais, reforçando a governança, a transparência e a eficiência da atuação do Brasil no cenário multilateral.

Igualmente, a SEAID deve dar continuidade ao fortalecimento da governança e da integração com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), consolidando reformas e estratégias iniciadas em 2023 e avançadas ao longo de 2024 e 2025. As prioridades incluem a implementação das recomendações para aprimorar a governança do Banco de Desenvolvimento do Caribe, o lançamento da nova Estratégia Institucional do FONPLATA e do Plano de Negócio País para o Brasil, além da execução das medidas acordadas no ciclo FAD-17 do Banco Africano de Desenvolvimento, voltadas à ampliação da mobilização de recursos e à sustentabilidade financeira. Também se prevê maior engajamento com esses Bancos para o avanço de suas iniciativas de integração regional, de transição ecológica e enfrentamento à emergência climática e de atração de investimentos privados, reforçando a posição do Brasil como ator estratégico na cooperação multilateral e no financiamento de projetos inovadores de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A SEAID deve avançar ainda na atuação referente à integração econômica regional e internacional com foco em três frentes principais: (a) fortalecimento do Programa Amazônia Sempre, incluindo a operacionalização do Fundo Amazônia Sempre para Cidades

e Infraestrutura Resiliente, que busca captar mais de US\$ 1 bilhão para projetos sustentáveis; (b) continuidade da aprovação e implementação dos novos projetos brasileiros no FOCEM, além da negociação da 2ª etapa do Fundo (“FOCEM 2”) para reduzir assimetrias regionais; e (c) participação ativa em negociações globais, como na discussões do Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos e a consolidação do Acordo de Livre Comércio Mercosul-EFTA. Essas ações visam ampliar investimentos e promover desenvolvimento sustentável, fortalecer a integração regional e garantir maior protagonismo do Brasil em agendas estratégicas multilaterais.

Na dimensão de financiamento externo para projetos públicos no Brasil, destacar-se-ão a ampliação das funcionalidades do Portal de Financiamento Externo (PFE), que passará a integrar processos de negociação, alterações contratuais e monitoramento da execução de projetos, consolidando-se como plataforma única para reduzir assimetrias informacionais, aumentar eficiência e transparência dos pleitos e análises referentes à Cofix e melhorar o seu acompanhamento.

Será lançado ainda um Novo Painel da Cofix, ambiente integrado de transparência ativa para consulta e divulgação de dados sobre operações de crédito externo, reforçando a publicidade e a qualificação do acompanhamento das etapas do ciclo de projetos. Além disso, a SEAID avançará ainda em projetos de digitalização de atividades e de integração de informações e bases de dados, com vistas a apoiar o aumento de eficiência e efetividade de suas atividades.

Por fim, a SEAID investirá em ações estratégicas de disseminação de conhecimento e capacitação. Entre elas, destacam-se o lançamento do Guia Prático para Estruturação de Projetos com Financiamento Externo, com diretrizes para integração da perspectiva de gênero e boas práticas internacionais; a execução de Assistência Técnica especializada para apoiar gestoras públicas na elaboração de pleitos; e a publicação do primeiro livro institucional da SEAID, consolidando reflexões sobre financiamento externo e desenvolvimento nacional. Essas iniciativas visam não apenas aprimorar processos, mas também promover inclusão, equidade e sustentabilidade, reafirmando o compromisso da SEAID com inovação, transparência e fortalecimento institucional.

Todas essas iniciativas visam reforçar o compromisso com a modernização, a transparência, o fortalecimento e o maior impacto das políticas públicas de desenvolvimento com recursos externos a cargo da Secretaria, consolidando avanços e criando ainda mais oportunidades para o desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil e em suas relações internacionais.

SECRETARIA DE
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

